

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

Aprovado por maioria
12 VOTOS a favor - CDU
8 VOTOS contra - PS

1 1 VOTO a favor - Coligação Sessão Ordinária de 20 de Abril de 2018

2 Sessão de 28/06/18 "Viver Alcácer" ATA Nº 02
A Mesa,

3 M. António F. R. Mendes

4 Aos vinte dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Alcácer do Sal e Salão
5 Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão ordinária, Maria
6 Antónia Incenso dos Reis Mendes, Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Fátima Martins
7 dos Santos Leite, Primeira Secretária da Mesa, Vítor Manuel Elias Rosa, Segundo Secretário da
8 Mesa e os Membros, Serafim António Martins Inocência, Manuel Fernando da Silva Rocha, António
9 José Freitas Grilo, José Manuel Mártires Balona, Mariana Antónia Caixeirinho, Luzia Maria
10 Carvalho Maurício, Gonçalo José Neto Nunes, Maria Antónia Foito Crespo, Sara Isabel Coelho
11 Guerreiro, João Luís Campos Guerreiro, Ana Maria Tomás Cananão Guerreiro, Nuno Manuel
12 Alferes Fernando da Conceição, José Manuel Ramos Correia, Mafalda Sofia da Conceição
13 Panóias, Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos, Nádia Lopes Penas (em regime de
14 substituição), Jacinto José Guerreiro Vinagre, Ana Helena Carvalho da Silva, Arlindo José Paulino
15 de Passos, Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal), Hélder Manuel Telo Montinho,
16 Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Deolinda da Conceição de Oliveira Florêncio,
17 Presidente da Junta de Freguesia de Comporta, Albino António Batista Francisquinho, Presidente
18 da Junta de Freguesia de São Martinho.

19
20 Compareceram, também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal,
21 e os Vereadores, Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus, Vice- Presidente,
22 Nuno Miguel Besugo Pestana, Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos, Gabriel Afonso Leal
23 Geraldo e Renato Jorge Ramos Neves.

24
25 Verificou-se a ausência do Deputado Filomeno Herlander Vieira Braz, tendo o mesmo apresentado
26 justificação, que fica arquivada em pasta anexa à ata.

27
28 Pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, após ter sido efetuada, pela 1ª Secretária, a
29 respetiva chamada, verificou-se a existência de quórum, pelo que a Presidente da Assembleia
30 Municipal declarou aberta a sessão.

31
32 A Presidente da Assembleia Municipal informou que o Presidente da Câmara já deu resposta aos
33 requerimentos apresentados pelo Deputado do PS, António Grilo e que os mesmos serão
34 entregues no final da sessão.

35

36

37 **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** _____

38
39 Seguidamente, a Presidente da Assembleia Municipal, solicitou ao Segundo Secretário que
40 procedesse à leitura do resumo da correspondência.

41 **1 - Expediente:**

42 O Segundo Secretário procedeu à leitura do resumo da correspondência recebida, no período de
43 26 de fevereiro de 2018 a 13 de abril de 2018, que aqui se dá como reproduzido e transcrito,
44 ficando a mesma arquivada em pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

45
46 **2 - Análise e votação da Ata da sessão realizada em 22 de fevereiro de 2018.**

47 A Presidente da Assembleia, colocou a Ata da sessão realizada em 22 de fevereiro de 2018 a
48 discussão.

49 **Intervenções:**

50 O Deputado António Grilo referiu que uma ata deve refletir o que de relevante se passou na sessão
51 e que esta ata tem uma série de relatos transcritos de forma pouco perceptível, curiosamente nas
52 intervenções dos Deputados do PS, têm coisas relatadas que não são relevantes e têm questões
53 de português, nomeadamente erros, que devem ser corrigidos. Propôs que a Presidente pudesse
54 receber os seus contributos por escrito e que a ata fosse submetida a votação na próxima sessão.
55 A Presidente da Assembleia disse que o Deputado pode e deve apresentar, por escrito, o seu
56 reparo à ata.

57 O Deputado José Balona disse que as questões de português devem ser corrigidas e se a bancada
58 do PS vai fazer correções na ata, todas as outras bancadas terão de ver a ata corrigida para ver se
59 está tudo conforme.

60 A Presidente da Assembleia referiu que a Mesa irá analisar o que vai ser apresentado e que a ata
61 será corrigida se for, caso disso, e posteriormente será enviada para todos e submetida a votação
62 na próxima sessão.

63 O Deputado José Balona referiu que levantando questões e dúvidas, em algumas situações
64 poderão ter de ouvir o que foi dito. Disse que acredita nos funcionários que elaboraram a ata, que
65 têm um trabalho exaustivo a ouvir as gravações.

66 A Presidente da Assembleia referiu que se algum Deputado tiver dúvidas poderá pedir para ouvir a
67 gravação.

68 A Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta do Deputado José Grilo de retirar a Ata,
69 para ser corrigida e submetida a votação na próxima sessão.

70 Foi aprovado por unanimidade retirar a Ata nº 01 de 22 de fevereiro de 2018.

71

72 A Presidente da Assembleia informou que foram presentes à Mesa sete Moções:

- 73 - Moção "A" (*Contra a construção de um canil intermunicipal em Santiago do Cacém promovido*
74 *pela CIMAL*), apresentada pela Deputada do BE;
- 75 - Moção "B" (*Por ocasião do 44.º aniversário da Revolução de Abril*), apresentada pelos Deputados
76 da CDU;
- 77 - Moção "C" (*Pela recente agressão ao povo Sírio*), apresentada pelos Deputados da CDU;
- 78 - Moção "D" (*Censura às políticas atuais do Governo, desinvestimento na saúde e deterioração do*
79 *SNS*), apresentada pelos Deputados da CDU;
- 80 - Moção "E" (*Por um 25 de Abril e um 1.º de Maio, pleno de democracia e de liberdade!*),
81 apresentada pelos Deputados do PS;
- 82 - Moção "F" (*Pelos serviços públicos de saúde no Litoral Alentejano*), apresentada pelos Deputados
83 do PS;
- 84 - Moção "G" (*800 anos de Município*), apresentada pelos Deputados do PS.

85

86 A Presidente da Assembleia, solicitou à Deputada do BE que procedesse à leitura da Moção "A".

87 A Moção "A" (*Contra a construção de um canil intermunicipal em Santiago do Cacém promovido*
88 *pela CIMAL*), foi lida pela Deputada Nádía Penas e aqui se dá como reproduzida e transcrita,
89 ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

90 A Presidente da Mesa colocou a Moção "A" a discussão.

91 **Intervenções:**

92 Intervieram os Deputados Jacinto Vinagre, José Balona, António Grilo, Ricardo Campos e Nádía
93 Penas.

94 A Presidente da Assembleia, colocou a Moção "A" a votação.

95 **Deliberação: A Moção "A" foi reprovada por maioria com 13 votos contra dos Deputados da CDU,**
96 **10 abstenções dos Deputados do PS, 1 abstenção do Deputado da Coligação Viver Alcácer e 1**
97 **voto a favor da Deputada do BE.**

98

99 A Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados da CDU que procedessem à leitura da Moção
100 "B".

101 A Moção "B" (*Por ocasião do 44.º aniversário da Revolução de Abril*), foi lida pelo Deputado
102 Ricardo Campos e aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da
103 mesma fazendo parte integrante.

104

105 O Deputado Serafim Inocência propôs que as duas Moções alusivas ao 25 de Abril e ao 1º de Maio
106 pudessem ser discutidas em conjunto.

107 A Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta do Deputado Serafim Inocêncio.
108 Foi aprovado por unanimidade, que as Moções “B” e “E” fossem apresentadas em conjunto.
109 Seguidamente a Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados do PS que procedessem à
110 leitura da Moção “E”.

111 A Moção “E” (*Por um 25 de Abril e um 1.º de Maio, pleno de democracia e de liberdade!*), foi lida
112 pelo Deputado Serafim Inocêncio e aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à
113 presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

114 A Presidente da Mesa colocou as Moções “B” e “E” a discussão.

115 **Intervenções:**

116 O Deputado José Correia referiu que, a Moção da CDU está um bocado forte e dá a ideia que está
117 prestes a acontecer um qualquer ataque antidemocrático. Disse que o 25 de Abril em grande parte
118 foi devido à guerra do Ultramar, nasceu dos sacrifícios dos soldados portugueses em África e que
119 se deve olhar para o 25 de Abril como o renascimento de Portugal, com toda a alegria.

120

121 O Deputado Arlindo Passos em relação à Moção do PS disse que lhe estava a fazer confusão a
122 referência “com a passagem de um renovado 25 de Abril”, mas que agora já percebeu o porquê e
123 que é triste ouvir, passados 44 anos.

124

125 O Deputado Serafim Inocêncio referiu que é Deputado Municipal há muitos anos e esta sempre foi
126 uma época em que os Deputados tratavam o 25 de Abril e o 1.º de Maio como sendo uma época
127 virada para a democracia, para o conhecimento, para a liberdade e nunca meterem qualquer
128 entrave a qualquer Moção que fosse apresentada. Disse que a referência à passagem de um
129 renovado 25 de Abril é relativo ao que todos sentiram há três anos atrás e foi um ganho para todos
130 a melhoria do país e foi nesse contexto que se fala de um renovado 25 de Abril. O Deputado referiu
131 que as Moções têm um conceito de liberdade e de democracia e que por isso se revê também na
132 Moção da CDU e, o que lhe interessa é a democracia e o bem-estar de todas as pessoas.

133

134 O Deputado Jacinto Vinagre referiu que é demasiado redutor resumir o 25 de Abril a meia dúzia de
135 militares, porque o 25 de Abril foi muito mais do que isso. Disse que não foram os militares, foi o
136 povo que saiu à rua e tomou conta da liberdade, porque era um povo que estava oprimido há
137 cinquenta anos e que é por isso que se deve continuar a lutar para que esse tempo não volte.

138

139 O Deputado Albino Francisquinho disse que falar do 25 de Abril é falar de algo que o marcou e que
140 na altura teve uma perceção como criança de que algo se estava a passar que era positivo para

cej

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

141 todos. Em relação ao que se passou há três anos, referiu que as coisas estavam a descambar para
142 outros sítios e vão continuar a descambar se não mudar de política a nível nacional.

143 A Deputada Mariana Caixeirinho referiu que se congratula com as duas Moções, porque são
144 complementares e assertivas em relação ao 25 de Abril. Disse que o 25 de Abril foi uma conquista
145 do povo Português e que é muito importante lembrar o que se passou para que não volte a
146 acontecer.

147
148 O Deputado José Balona referiu que a linguagem das duas Moções é muito semelhante e que o 25
149 de Abril é a consciência do que está para trás, todos defenderem e todos estarem na linha da
150 frente nesse combate. Informou que a Bancada da CDU irá votar favoravelmente as duas Moções.

151
152 A Deputada Maria Fátima Leite disse que cresceu na liberdade e não sabe o que é viver sem
153 liberdade. Referiu que, não são palavras fortes, porque cada dia que um grupo de trabalhadores se
154 concentra à porta de uma fábrica, está a lutar pelos seus direitos, que muitas vezes são
155 completamente atropelados e cada dia em que isso acontece é um 25 de Abril que acontece, que
156 felizmente acontece todos dias porque as pessoas tem liberdade para lutar e para se manifestar
157 sem penalizações.

158
159 A Deputada Nádía Penas referiu que nasceu depois do 25 de Abril, embora tenha presente o que
160 se passou e acha que o 25 de Abril deve ser celebrado com alegria como diz a Moção do PS, mas
161 há perigos e a prova é que a democracia é atropelada todos os dias e não deve ser tomada como
162 garantida.

163
164 O Deputado José Correia referiu que concorda com o que foi dito sobre o 25 de Abril, mas nunca
165 se deve esquecer a guerra colonial.

166
167 A Presidente da Assembleia referiu que viveu com medo antes do 25 de Abril, tendo lembrado que
168 em Alcácer do Sal para além, de outros, um dos presos pela pide, foi Arlindo Passos, Presidente da
169 nossa Câmara Municipal.

170
171 O Deputado Gonçalo Nunes disse que não concorda com o ponto 1 da Moção da CDU quando fala
172 de uma rutura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo Português e que
173 concorda mais com o que disse o Deputado Jacinto Vinagre que se deve continuar a luta pela
174 melhoria das políticas. Considerou que o ponto nº 1 da Moção da CDU é mais forte do que
175 expressão renovar da esperança referido da Moção do PS.

176

177 O Deputado Arlindo Passos disse que foi dito que o país melhorou de há três anos para cá, mas
178 isso não foi devido ao Governo do PS, porque os Governos do PS anteriores espezinharam muito a
179 democracia, foi devido à chamada gerigonça entre o PS, o BE e o PCP que se deu o 25 de Abril
180 renovado.

181

182 A Deputada Mariana Caixeirinho referiu que, principalmente os partidos de esquerda têm lutado e
183 pugnado, cada um á sua maneira pelos valores do 25 de Abril e estar a reduzir as coisas a apenas
184 três anos ou apenas como se as coisas para trás não existissem não é correto. Considera que
185 todos estão de acordo que o 25 de Abril veio para a liberdade, para os valores da democracia, para
186 os valores da solidariedade e estão aqui para lutar por eles.

187

188 O Deputado José Balona disse é importante todos estarem na linha da frente para lutar pelas
189 coisas, que são do interesse da população, nomeadamente a questão do Tribunal, da saúde, do
190 ensino e do IC1.

191

192 A Deputada Mariana Caixeirinho disse que cada partido e cada pessoa luta à sua maneira e faz as
193 suas opções políticas de luta no seu dia-a-dia e na sua forma de estar na sociedade e ninguém
194 pode impor a outros partidos a forma de lutar e isso não quer dizer que não se faça trabalho em
195 função da democracia e da luta pelos direitos dos trabalhadores.

196

197 A Presidente questionou se os Deputados concordavam em votar as duas Moções em conjunto.

198 Foi aprovado por unanimidade, votar as Moções “B” e “E” em conjunto.

199

200 A Presidente da Assembleia, colocou a Moção “B” e “E” a votação.

201 **Deliberação: As Moções “B” e “E” foram aprovadas por unanimidade.**

202

203 Seguidamente a Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados da CDU que procedessem à
204 leitura da Moção “C”.

205 A Moção “C” (*Pela recente agressão ao povo Sírio*), foi lida pela Deputada Maria Antónia Crespo e
206 aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte
207 integrante.

208 A Presidente da Mesa colocou a Moção “C” a discussão.

209 **Intervenções:**

210 A Deputada Nádía Lopes disse que, no título da Moção, devia ser substituída a palavra “Pela” por
211 “Contra”.

212

213 O Deputado António Grilo referiu que esta temática merece todo o respeito e toda a reflexão e que
214 a Moção vem de alguma forma formatada por aquilo que é a ideologia política da CDU. Disse que
215 valorizam muito a soberania do estado Português e os Governos quando tiverem que tomar
216 posições de forma soberana que as tomem e depois se tirem as devidas conclusões. Questionou
217 se não deviam valorizar mais aquilo que é o drama humanitário que está a viver o povo Sírio. O
218 Deputado disse que antes de começar esta guerra, o diagnóstico que se poderia fazer da Síria era
219 de uma estrutura com um desemprego brutal, com uma corrupção em larga escala e com falta de
220 liberdade política. Referiu que o drama humanitário deve ser posto à frente das ideologias políticas,
221 porque estão a tomar uma posição contra os Estados Unidos e a favor da Rússia. O Deputado
222 disse que não lhe parece que seja a Moção mais feliz e que não consegue perceber o que estão a
223 defender. O Deputado António Grilo informou que os Deputados do PS não vão votar
224 favoravelmente esta Moção.

225
226 A Deputada Maria Antónia Crespo disse que a Moção é contra a recente agressão ao povo Sírio,
227 que era algo que nunca devia ter acontecido.

228
229 O Deputado Albino Francisquinho referiu que estava prevista a visita dos EUA para verificar se
230 havia armas nucleares, como já tinham feito em outros países e depois se veio a provar que era
231 falso e com isso tudo morreram pessoas. Disse que está totalmente de acordo com a Moção
232 porque atacaram o povo Sírio sem terem provas.

233
234 O Deputado Jacinto Vinagre disse não ter a certeza do que foi relatado pelo Deputado António
235 Grilo seja real, mas assim como o povo Português se libertou do fascismo, o povo Sírio se
236 realmente estava na situação referida, devia se ter revoltado, o que não legitima as agressões
237 feitas à Síria.

238
239 A Deputada Nádía Penas disse que a situação da Síria é bastante complicada e o povo Sírio não
240 está só a ser agredido pelos EUA e nem os EUA, nem a Rússia estão minimamente preocupados
241 com a situação dos Sírios. A Deputada propôs que se condenasse todos os intervenientes desta
242 guerra.

243
244 O Deputado Serafim Inocêncio referiu que se está a falar de coisas subjetivas, como se for verdade
245 ou se for mentira e questionou se for comprovado que foram utilizadas armas químicas. Disse que
246 fazer uma Moção de caráter subjetivo é uma coisa muito perigosa. Referiu que é contra a agressão
247 ao povo Sírio. Em relação ao que foi dito pelo Deputado Jacinto Vinagre se podia ser verdade ou

248 mentira, o Deputado disse que é verdade o que se passou e que depois é que o povo Sírio se
249 organizou.

250

251 O Deputado António Grilo referiu que não estão contra um estado soberano, estão contra a guerra.

252

253 O Deputado Gonçalo Nunes disse que havendo a possibilidade de ser verdade de que não haviam
254 armas químicas, o ataque não poderá resultar numa escala de provocação e de agressão contra a
255 Síria e o seu povo porque mais do que existia era impossível. Referiu que estão a falar de um
256 Governo que proibiu a entrada de cordões humanitários de socorro à população civil, sem
257 responsabilidade nenhuma e que só por isso lamenta o conteúdo de esta Moção.

258

259 O Deputado Albino Francisquinho referiu que o Deputado Serafim Inocêncio lhe deu razão porque
260 condenaram antes de haver um julgamento e não foi provado que realmente haviam armas
261 químicas.

262

263 A Presidente da Assembleia, colocou a Moção “C” a votação.

264 **Deliberação: A Moção “C” foi aprovada por maioria com 13 votos a favor dos Deputados da CDU,**
265 **10 votos contra dos Deputados do PS, 1 voto contra do Deputado da Coligação Viver Alcácer e 1**
266 **abstenção da Deputada do BE.**

267

268 A Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados da CDU que procedessem à leitura da Moção
269 “D”.

270 A Moção “D” (*Censura às políticas atuais do Governo, desinvestimento na saúde e deterioração do*
271 *SNS*), foi lida pelo Deputado Manuel Rocha e aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
272 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

273 A Presidente da Mesa colocou a Moção “D” a discussão.

274 **Intervenções:**

275 O Deputado Jacinto Vinagre referiu que a Moção relata o que se está a passar na saúde. Informou
276 que acompanhou um Deputado Parlamentar do PCP, que na semana passada visitou o Torrão, Rio
277 de Moinhos e Alcácer do Sal e que a preocupação manifestada por todos era de que devia haver
278 dotação de meios para que os problemas sejam colmatados o mais rápido possível. Referiu que o
279 Centro de Saúde de Alcácer do Sal está a funcionar mal.

280

281 O Deputado Manuel Rocha em relação à ambulância de suporte básico de vida no serviço de
282 Urgência Básica do Centro de Saúde de Alcácer do Sal disse que essa questão já vem desde
283 2015.

284 A Deputada Mariana Caixeirinho referiu que há pouco tempo se saiu da crise, não havia um
285 ordenado mínimo tão elevado, a taxa moderadora era mais elevada e as coisas têm sido feitas
286 pouco a pouco pelo Governo, junto com o PCP e o BE. Disse que tem a noção do que é necessário
287 na região, mas também tem a noção dos constrangimentos que existem em todo o país devido à
288 Troika e às questões que assolaram o país e em termos internacionais. A Deputada disse que é
289 natural que com o aproximar das eleições se minimize o trabalho feito até agora. Referiu que esta
290 Moção não tem razão de existir e que irá votar contra.

291
292 O Deputado Serafim Inocêncio referiu que é defensor dos hospitais públicos, mas também vai aos
293 hospitais privados porque o tempo de espera é menor. Referiu que é preocupante o tempo de
294 espera no Hospital do Litoral Alentejano. O Deputado disse que quem têm baixas pensões não
295 paga taxas moderadoras.

296
297 A Deputada Luzia Carvalho mencionou algumas situações que se passam no Hospital Litoral
298 Alentejano. Disse que na Moção estão a defender que se mudem as opções políticas, que se olhe
299 para o essencial e que se respeite as populações, os Municípios, os autarcas e os concelhos.

300
301 O Deputado António Grilo referiu que as preocupações dos Deputados da CDU também são as
302 preocupações dos Deputados do PS, mas deparou pelas palavras da Deputada que por exemplo
303 quando o executivo municipal decide construir um canil ou quando decide não recuperar estradas
304 municipais é por uma opção política e não por questões financeiras. Disse que quando se fala de
305 orientações políticas ou de opções políticas estão a falar de investimento. O Deputado referiu que
306 quando se fala de saúde no território se deve chamar a CIMAL para a discussão enquanto parceiro,
307 tal como o Governo e como os agentes que fazem parte do sector. Disse que se deve perceber que
308 existem constrangimentos orçamentais de toda a natureza, na educação, na saúde, nas forças
309 militares e há um recurso que é limitado e carece de ser gerido. O Deputado António Grilo referiu
310 que a vida humana não pode ficar para trás, mas que se deve fazer parte da solução e não do
311 problema.

312
313 O Deputado Gonçalo Nunes referiu que as duas Moções são apresentadas por dois partidos que
314 suportam a coligação da atual solução governativa e lamenta que não se consiga fundir as duas
315 Moções, numa única, aprovada por unanimidade, na defesa do real interesse das necessidades de
316 saúde no concelho e para tal seria necessário constituir um grupo de trabalho.

317

318 A Deputada Maria Fátima Leite referiu que é contra o financiamento dos hospitais privados
319 financiados maioritariamente pelo estado.

320

321 O Deputado Manuel Rocha referiu que aceita que haja público e privado, mas a questão é que as
322 opções políticas, ao longo dos anos, têm sido sempre para o lado dos privados, seja na saúde, na
323 educação e nas infraestruturas. Lembrou que há cerca de dez anos foi uma opção do primeiro-
324 ministro José Sócrates que fez com que a estrada do IC1 estar neste momento neste estado, com
325 a criação de uma Parceria Público-Privada (PPP).

326

327 A Presidente da Assembleia referiu que tendo em conta que ainda faltam apresentar duas Moções,
328 a Mesa decidiu que o período de interpelação ao executivo será apenas de meia hora.

329

330 A Deputada Mafalda Panóias referiu que gostava que estas Moções trouxessem soluções positivas
331 porque é uma defensora da saúde e da educação. Disse que como não tem a ADSE vai aos
332 hospitais públicos e que passou por um processo difícil há pouco tempo e foi muito bem tratada. A
333 Deputada disse que está preocupada com o território, porque não se conseguem atrair pessoas
334 para um território destes e que têm amigos que se recusam em trabalhar no litoral por falta de
335 condições. Referiu que acha que toda a gente tem médico de família e que não paga taxas
336 moderadoras porque é dadora.

337

338 A Deputada Nádía Penas referiu que podem existir hospitais privados, mas ou são privados ou são
339 públicos e não são privados pagos com o dinheiro dos contribuintes, num mau negócio que só é
340 feito pelo estado pelos interesses que todos conhecem e o dinheiro que é atribuído às PPP deveria
341 ser investido na saúde pública porque são os impostos dos portugueses.

342

343 O Deputado Albino Francisquinho disse que, há cerca de três semanas, foi discutido por todos os
344 presidentes das Juntas de Freguesia do Litoral Alentejano, a convite da CIMAL, onde estas
345 preocupações foram referidas por todos. Referiu que é muito importante haver um esforço do
346 Ministério das Finanças nesta matéria, porque são reais os problemas que estão a aparecer por
347 todo o país. Disse que os dinheiros públicos não devem ir para as PPP.

348

349 A Deputada Mariana Caixeirinho referiu que tudo são opções e os Governos locais e os Governos
350 Nacionais fazem as suas opções. Disse que, os Alcacerenses devem pugnar pelos seus direitos,
351 mas as opções são governamentais, tais como as locais. Disse que, se devem juntar todos e lutar
352 por tudo aquilo que faz falta no concelho.

353

354 O Deputado Manuel Rocha disse que são opções de facto, mas as opções têm sido ou Governo do
355 PS ou do Governo PSD/CDS, porque o PCP só agora faz parte da chamada geringonça e luta para
356 que algumas das suas propostas sejam validadas, contrariando algumas propostas do PS. Referiu
357 que as opções são nacionais e que as opções locais ficam estranguladas quando o Governo quer
358 canalizar todas as suas obrigações para cima dos Municípios.

359
360 O Deputado Serafim Inocêncio referiu que foi dito que há profissionais de saúde que querem sair e
361 disse que alguns querem ir e não os deixam. Referiu que as questões políticas sejam elas quais
362 forem não podem estar à frente de uma situação de um profissional de uma pessoa responsável
363 que conhece, mas por questões sejam elas partidárias, ou administrativas, ou outras está privado
364 de executar o seu trabalho e é isso que o preocupa.

365
366 A Presidente da Assembleia, colocou a Moção “D” a votação.

367 **Deliberação: A Moção “D” foi aprovada por maioria com 13 votos a favor dos Deputados da CDU,**
368 **10 votos contra dos Deputados do PS, 1 abstenção do Deputado da Coligação Viver Alcácer e 1**
369 **voto a favor da Deputada do BE.**

370
371 Seguidamente a Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados do PS que procedessem à
372 leitura da Moção “F”.

373 A Moção “F” (*Pelos serviços públicos de saúde no Litoral Alentejano*), foi lida pela Deputada Ana
374 Guerreiro e aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma
375 fazendo parte integrante.

376 A Presidente da Mesa colocou a Moção “F” a discussão.

377 **Intervenções:**

378 A Deputada Luzia Carvalho manifestou a sua admiração por a Bancada do PS ter votado contra a
379 Moção da CDU sobre a saúde, onde todos estavam todos de acordo que é uma questão essencial
380 e até foi proposto fundir as duas Moções.

381
382 A Deputada Mariana Caixeirinho esclareceu que disseram que poderiam criar um grupo de trabalho
383 para fazer uma única Moção e uma reivindicação comum a todos os grupos presentes na
384 Assembleia Municipal.

385
386 O Deputado Albino Francisquinho referiu que as duas Moções vão no mesmo sentido e que
387 também não entende a posição de voto da Bancada do PS, mas respeita. Disse que na Moção do
388 PS faz referência à urgência em desbloquear a contratação de profissionais de saúde e o que lhe
389 contaram tem muito a ver com as políticas que tem vindo a ser desenvolvidas pelos Governos.

390 O Deputado Manuel Rocha referiu que, a Moção do PS, na sua essência está leve, não
391 responsabiliza o Governo pela falta de financiamento, não fala do centro de saúde do Torrão, não
392 fala da questão de Palma. Disse que, os Deputados da CDU vão votar favoravelmente a Moção,
393 para ter alguma coerência e que é possível fazer uma Moção conjunta, mas é preciso assumir do
394 lado da Bancada do PS que do lado do Governo existe bloqueio naquilo que é as finanças para o
395 Litoral Alentejano.

396
397 O Deputado Gonçalo Nunes referiu que na sua proposta tinha implícito o seu sentido de voto e que
398 se estava a perder uma oportunidade de fazer uma Moção única, para que fosse aprovada por
399 unanimidade. Mencionou que também disse que discordava da parte política da Moção da CDU.

400
401 O Deputado António Grilo referiu que são coerentes e como a Moção da CDU refere que é de
402 censura às políticas atuais do Governo e o foco é bater no Governo, não é fazer parte da solução é
403 alimentar o problema e que jamais poderiam votar favoravelmente uma Moção em que o foco
404 principal é bater no Governo.

405
406 A Deputada Maria Fátima Leite referiu que não estão aqui para defender o Governo, estão aqui
407 para defender a população de Alcácer do Sal, que os elegeu, independentemente de pertencerem
408 à força política do Governo e se para defender Alcácer do Sal tiverem que ir contra esse Governo
409 devem ter coragem para o fazer.

410
411 O Deputado José Balona disse que, ninguém é dono da coerência e que o Deputado Gonçalo
412 Nunes afirmou que as duas Moções poderiam ser fundidas, mas depois na linguagem dos
413 Deputados do PS já não há coerência.

414
415 A Presidente da Assembleia, colocou a Moção “F” a votação.

416 **Deliberação: A Moção “F” foi aprovada por unanimidade.**

417
418 Seguidamente a Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados do PS que procedessem à
419 leitura da Moção “G”.

420 A Moção “G” (*800 Anos de Município*), foi lida pelo Deputado António Grilo e aqui se dá como
421 reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

422 A Presidente da Mesa colocou a Moção “G” a discussão.

423 **Intervenções:**

424 A Deputada Luzia Carvalho referiu que, a Bancada da CDU se congratula com esta Moção pela
425 relevância, pela importância e agradeceu a importância que os Deputados do PS querem dar neste

426 órgão às comemorações dos 800 anos sobre o Foral Afonsino de Alcácer do Sal. Acrescentou que
427 já foi dado início a um conjunto de comemorações que vão decorrer ao longo do ano e que essa
428 importância e relevância em primeiro lugar foi dada pelo executivo. Propôs que esta Moção fosse
429 aprovada em nome da Assembleia e não em nome de nenhuma bancada política em particular.

430 O Deputado António Grilo referiu que a Bancada do PS concorda com a proposta.

431 A Presidente da Assembleia, colocou a Moção “G” a votação, que será em nome da Assembleia
432 Municipal.

433 **Deliberação: A Moção “F” foi aprovada por unanimidade.**

434

435 A Presidente da Assembleia, dado o avançado da hora, colocou a votação, que o período para
436 interpeção ao executivo fosse apenas de trinta minutos

437 Foi aprovado por unanimidade.

438

439 **INTERPELAÇÃO AO EXECUTIVO**

440

441 A Presidente da Assembleia, informou os Deputados que estava aberto o período de interpeção e
442 colocação de questões ao executivo.

443 A Deputada Mafalda Panóias referiu que se aproxima a data para as inscrições para a Oficina da
444 Criança e questionou se existe uma solução nova ou um método novo para as inscrições. Em
445 relação ao excesso de trânsito no cruzamento dos Açougues a Deputada questionou se o
446 executivo tem conhecimento dessa fragilidade e se existem soluções. Referiu que, passados dois
447 meses desde a última sessão, o cruzamento dos Cerrado dos Ciprestes ainda não tem solução. A
448 Deputada sobre a reunião no âmbito do roteiro para a valorização da saúde questionou sobre que
449 informações positivas saíram da reunião. Questionou, novamente, se já existiu algum contacto
450 junto do Secretário de Estado da Saúde em relação à ambulância tão ansiada por todos.

451

452 A Deputada Nádia Penas referiu que é muito difícil fazer o trajeto desde os Açougues ao
453 Intermaché em cadeira de rodas ou com um carrinho de bebé porque em todos os locais onde há
454 portões e garagens o passeio está rebaixado, questionou se há previsão de solução para esse
455 problema. Referiu que algumas pessoas a questionaram sobre o porquê de terem sido rebaixadas
456 as passadeiras na Avenida dos Aviadores. A Deputada disse que na antiga EN nº 5, junto ao
457 Cemitério, há uma paragem de autocarro e embora exista sinalização os limites de velocidade não
458 são cumpridos, questionou se é possível colocar lombas para obrigar as pessoas a reduzirem a
459 velocidade. Referiu que o estacionamento junto à Junta de Freguesia, do lado direito, o passeio

460 está sempre ocupado por carros, o que obriga as pessoas a circularem pela estrada, questionou se
461 há solução para essa situação.

462 A Deputada Nádía Lopes disse que, o Parque Infantil do Morgadinho, durante o verão fecha muito
463 cedo e sugeriu que a hora de fecho fosse mais tarde ou que não fechasse.

464
465 O Deputado Gonçalo Nunes sobre a reunião que o Presidente da Câmara teve com a Direção
466 Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos questionou sobre que questões
467 foram colocadas, que respostas foram obtidas e que plano de ação tem a Câmara Municipal para o
468 sector.

469
470 O Deputado Serafim Inocência realçou o flyer que foi distribuído em relação à importância dos
471 investimentos no concelho, dos investimentos previstos e das mais-valias que esses projetos
472 podem trazer em termos económicos para o concelho. Em relação a esses novos investimentos,
473 especificamente os agroalimentares, disse que está preocupado com o crescimento de
474 trabalhadores sazonais no concelho. Questionou se as garantias dos trabalhadores estão
475 salvaguardadas ou será que existe exploração laboral. Referiu que grandes partes desses
476 trabalhadores arrendam casas nas aldeias, estão integrados, não causam problemas, mas vivem
477 sem condições e chegam a viver vinte pessoas numa casa. Questionou se já pensaram intervir,
478 como estão a fazer outros Municípios, para tentar ajudar os emigrantes sazonais na sua
479 integração, no relacionamento com outras entidades, na habitação, na saúde e até na higiene.

480
481 A Deputada Ana Helena alertou para um móvel velho que está na Rua das Douradas, encostado a
482 uma porta de uma casa desabitada que está a ser utilizado como caixote do lixo, há cerca de duas
483 semanas.

484
485 O Deputado Arlindo Passos disse que recebeu uma convocatória para ir ao Tribunal de Grândola,
486 como testemunha no julgamento sobre o caminho municipal de Palma. Recordou uma
487 manifestação que fizeram em frente ao Tribunal, na altura com o Governo PSD/CDS e passados
488 estes anos todos, com o Governo PS, tudo continua na mesma. Questionou se há novidades sobre
489 o Tribunal de Alcácer do Sal.

490
491 O Deputado Hélder Montinho referiu que a sua interpelação prende-se com a necessidade de
492 intervenção parcial na sede do Agrupamento de Escolas do Torrão e com a questão do amianto.
493 Referiu que, ontem em conversa com o Ministro da Educação e com o Secretário de Estado da
494 Educação lhe disseram que estava planeada essa intervenção já há algum tempo e que
495 relativamente a essa situação o Município, na altura em que foi questionado, não esteve disponível

91

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

496 para entrar com a verba necessária para que esse processo se desenvolvesse. O Deputado
497 questionou sobre qual é a posição do Município em relação a essa situação.

498

499 O Deputado Manuel Rocha referiu que, os Deputados da CDU têm conhecimento que o Ministério
500 da Educação anda a fazer chantagem sobre os Municípios no processo de obras do seu parque
501 escolar, delegando, uma vez mais, as suas obrigações nos Municípios. Disse que o Ministro da
502 Educação prometeu avançar com processos de realização de obras no parque escolar com parte
503 dos cem milhões de euros de fundos comunitários que estão disponíveis ainda este ano no âmbito
504 do progresso de reprogramação financeira do Portugal 2020, para as áreas de educação, saúde e
505 património. Também afirmou que as verbas deverão chegar até ao final do ano e serão extra
506 valores já aos valores que estavam designados. Na alusão a utilização das verbas diz ainda que
507 não é possível perceber qual é a fatia desses cem milhões de euros que chegará de facto ao
508 sector, na reprogramação agora feita foram traçadas linhas gerais mas a forma como a verba vai
509 ser distribuída pelos diferentes Ministérios só será decidida em fase posterior. Referiu que têm
510 também conhecimento que esses contactos já existiram ao nível dos Municípios do Litoral
511 Alentejano e todos são contra essa intenção do Ministério. Disse que, a escola Bernardino Ribeiro
512 do Torrão, é tutelada exclusivamente pelo Ministério, que tem a responsabilidade de realizar as
513 obras que são necessárias. Lembrou que a escola tem coberturas de amianto e que essas placas
514 de fibrocimento contêm componentes orgânicas potencialmente cancerígenas, todavia ainda não
515 existiram qualquer tipo intervenções até esta data, apesar de a escola estar incluída no
516 levantamento efetuado pelo Ministério da Educação em 2013. O Deputado sobre a questão do
517 financiamento disse que a intenção do Governo é colocar os Municípios a pagar obras que são do
518 Estado, ou seja, o Ministério da Educação quer obrigar as Câmaras Municipais de Odemira,
519 Santiago do Cacém, Grândola, Alcácer do Sal e Sines a pagar os custos que não seus. Questionou
520 como é que estão as verbas para as candidaturas das obras.

521

522 O Deputado António Grilo referiu que estão no período de interpelação ao executivo e não foi
523 permitido à Deputada fazer duas questões e o Deputado Manuel Rocha fez uma exposição.

524

525 A Presidente da Assembleia Municipal referiu que era meia-noite, assim propôs a votação da
526 continuidade da sessão.

527 Aprovada por Unanidade.

528

529 O Deputado Albino Francisquinho referiu que, à semelhança do Deputado Arlindo Passos também
530 vai ter que se deslocar ao Tribunal de Grândola, na qualidade de testemunha, porque foi retirado o

531 Tribunal de Alcácer do Sal. Disse que se deve continuar a lutar para que prevaleça a funcionar os
532 serviços do Tribunal. O Deputado mencionou que, em Casebres, a Junta de Freguesia fez chegar
533 aos serviços da EDP, que desde dezembro há pontos de luz nas ruas que não estão ligados e só
534 na semana passada foram repor as lâmpadas. Disse que se a situação voltar a acontecer irá fazer
535 um ofício à Câmara para que tome medidas.

536 O Deputado Albino Francisquinho referiu que decorreu no passado sábado em Casebres, o evento
537 Dia da Tubra, que ultrapassou todas as expectativas e teve a visita de muitas pessoas. O Deputado
538 agradeceu à Câmara Municipal e também à União de Freguesias, todo o apoio que deram ao
539 evento.

540

541 A Deputada Ana Cananão questionou sobre qual foi o resultado da reunião com os comerciantes
542 do Mercado Municipal do Torrão, realizada no início de março e se existem algumas obras
543 programadas para esse edifício, nomeadamente a substituição da cobertura de amianto. Referiu
544 que no Bairro Miguel Torga continua a ter falta de pavimentação nas travessas, que se situam na
545 Rua Maria Rosa Colaço e Rua Dr. Acácio Abreu Faria, pelo que questionou sobre para quando
546 está prevista a pavimentação dessas travessas.

547

548 A Deputada Luzia Carvalho disse que em relação à pretensa obrigatoriedade dos Municípios
549 assumirem 50% das despesas elegíveis relativas à componente investimento dos estabelecimentos
550 do 2º e 3º ciclo, que não são responsabilidade de gestão dos Municípios, que se diz que é por
551 antecipação mas, que depois se percebe que uma parte muito significativa dessa despesa não é
552 elegível. Questionou se isso não é deliberadamente chantagear e enganar os Municípios
553 responsabilizando-os e desprovido de alguma forma os concelhos e os Municípios de verbas que
554 serviriam para investimentos que são efetivamente da sua competência.

555

556 A Deputada Mariana Caixeirinho questionou se, enquanto é pensado o projeto, não existe uma
557 alternativa ao condicionamento do estacionamento em cima do passeio na Rua 5 de Outubro,
558 nomeadamente com alguns dissuasores de estacionamento.

559

560 O Presidente da Câmara cumprimentou os presentes e disse que iria responder às questões
561 colocadas, relativamente às inscrições para a Oficina da Criança informou que o método iria ser
562 modificado e que oportunamente a Câmara iria informar sobre o novo método a adotar e
563 acrescentou que estavam a desenvolver um projeto de requalificação para uma candidatura a
564 fundos comunitários, no sentido de dar uma maior comodidade e renovar os equipamentos da
565 Oficina da Criança.

01

566 Em relação ao cruzamento dos Açougues, o Presidente da Câmara disse que todos os pontos que
567 tinham sido focados, estavam identificados, e que existia um problema objetivo e assim iria ser
568 criado um plano de intervenção e alguns pontos que foram mencionados, estão incluídos nesse
569 plano. Relativamente à circulação, referiu que Alcácer do Sal não tinha problemas de circulação,
570 mas sim de estacionamento e teriam de encontrar soluções.

571 Relativamente ao Parque Infantil do Morgadinho, informou que o mesmo no inverno fechava mais
572 cedo e no verão encerrava às vinte e duas horas ou seja eram mais duas horas que no horário de
573 inverno.

574 Em relação à reunião com a Direção Geral de Recursos Naturais, e as proibições que tinham
575 ocorrido relativamente ao canal da Comporta, já que a única coisa que se pode apanhar é o
576 caranguejo, pois as outras espécies estão proibidas e assim iria haver uma reunião com os
577 pescadores, pois o que está em causa uma economia familiar.

578 Relativamente às atividades agrícolas e novos investimentos agrícolas o Presidente da Câmara,
579 disse que há cerca de um mês tinha sido promovido uma reunião pela CCDRA, a pedido do
580 município de Alcácer do Sal e coincidente com as intenções da própria CCDRA, tinham participado
581 uma série de entidades, de Odemira e entidades públicas, nomeadamente o IEFP, o SEF, o ACT e
582 também estiveram presentes, vários investidores, e a reunião tinha sido muito proveitosa. Referiu
583 ainda que tinham sido enviados ofícios para a ACT, e o SEF, informando que existiam problemas
584 sérios no âmbito das competências dessas entidades e até hoje ainda não obtido resposta, como
585 estas duas entidades estiveram presentes, foram colocadas questões muito pertinentes que não
586 queriam que se passasse no concelho de Alcácer do Sal. Adiantou ainda que tinham promovido
587 duas reuniões com a CCDRA onde tinha sido discutido a questão de se criar situações
588 devidamente monitorizadas pelas entidades, nomeadamente instalações amovíveis com água,
589 esgoto, saneamento, recolha de resíduos e com energia nessas habitações, ou então teriam de
590 deixar entregue ao livre mercado e que poderia acontecer, o que existe em outros pontos do país,
591 que é quarenta a cinquenta pessoas a viverem na mesma casa, e não desejavam estas situações e
592 ainda estavam a tempo de encontrar soluções.

593 Na questão da Rua das Douradas, o Presidente da Câmara disse que a Sra. Vereadora Ana Luísa
594 Soares tinha tomado nota e que iria averiguar a situação.

595 Em relação ao tribunal de Alcácer do Sal não existiam novidades e era inaceitável, pois não tinham
596 um magistrado nem judicial, nem do Ministério Público. Essa questão tinha sido colocada à Sra.
597 Procuradora Joana Marques Vidal numa audiência, que existia um procurador que vivia em Alcácer
598 do Sal e que ia todos os dias para Grândola e o porquê de não ser fixado em Alcácer do Sal,

599 acrescentou que, em breve iria participar no Conselho Consultivo da Comarca de Setúbal e que iria
600 colocar essa questão.

601 Relativamente à escola do Torrão, o Presidente da Câmara disse que o Deputado Manuel Rocha
602 tinha respondido em parte a essa questão e tinha sido debatido mais uma vez há cerca de dois
603 dias, com os cinco Presidentes de Câmara do Litoral Alentejano e referiu que as câmaras
604 municipais estavam a ser chantageadas e que quando um município tem de fazer obras, e deu
605 como exemplo o Centro Pré Escolar do Morgadinho ou a escola dos Telheiros, o Ministério da
606 Educação não comparticipa em cinquenta por cento da parte não financiável e que no dia que o
607 mesmo vier comparticipar por exemplo a escola dos Telheiros, ai sim entrarão nas escolas que é
608 competência do Ministério de Educação.

609 Relativamente à EDP, e após falar com a Vereadora Ana Luísa Soares, o Presidente da Câmara
610 disse que eventualmente poderia ter acontecido não ter enviado o ofício para a entidade certa, e
611 assim que a Câmara colocou o assunto, o mesmo foi resolvido.

612 A reunião com os comerciantes no Torrão, teve a ver com as lojas fechadas e após conversa com
613 os mesmos, iria tentar-se dinamizar o espaço.

614 Em relação à descentralização o Presidente da Câmara, disse que havia uma lei-quadro que
615 estava na Assembleia da Republica, que é a lei enquadradora de todo o processo de
616 descentralização, havendo consensualização em sete diplomas com a ANMP e outros que são os
617 mais pesados em termos de orçamento de estado, que são a educação, ação social, património
618 entre outros, não existe acordo.

619

620 **ORDEM DO DIA**

621

622 ***01 - Análise e conhecimento da informação referente ao Relatório de Atividades de 2017 –*** 623 ***Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Alcácer do Sal;***

624 A informação foi apresentada pela Presidente da Assembleia.

625 **Intervenções:**

626 A Deputada Nádía Penas referiu que após leitura do relatório, deveria repensar-se a constituição da
627 comissão alargada da CPCJ, uma vez que a mesma se queixa que não tem membros suficientes,
628 para se inscreverem em alguns projetos, nomeadamente de prevenção de maus tratos na infância
629 e assim sugeria que se refletisse sobre a constituição da comissão alargada, uma vez que os
630 membros não têm tempo para a realização das reuniões.

631 A Presidente da Assembleia disse que o Presidente da Câmara tinha tomado nota e sendo caso
632 disso, faria essa recomendação.

633 O Deputado Serafim Inocêncio questionou, se havia algum motivo para não existir um
634 representante das associações desportivas e recreativas, já que não vinha mencionado no
635 relatório.

636 A Presidente da Assembleia Municipal disse que tinha convidado a estar presente a Sra.
637 Presidente da CPCJ, mas a mesma já tinha um compromisso inadiável.

638 A Deputada Nádia Penas questionou como é que a CPCJ só gastava vinte e cinco por cento do
639 seu fundo de maneiio, estando num concelho em que as pessoas sinalizadas, são pessoas com
640 carências económicas.

641 O Vereador Nuno Pestana disse que o fundo de maneiio era para usar em caso de emergência, e
642 que o município tinha um Gabinete de Ação Social que estava disponível para apoiar as famílias
643 carenciadas.

644 **Tomado conhecimento.**

645 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará
646 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

647

648 ***02 – Designação de representantes da Assembleia Municipal na CPCJ;***

649 A proposta foi apresentada pela Presidente da Assembleia.

650 **Intervenções:**

651 O Deputado Serafim Inocêncio disse que relativamente a esta proposta não tinham anexado
652 informação a explicar o número de representantes e a legislação correspondente, e estão a falar
653 de uma nomeação para um cargo que requer muita responsabilidade e muita disponibilidade.
654 Como não existia mais informação relativa ao ponto, ficaram sem saber se era para indicar nomes,
655 para dar continuidade aos membros designados anteriormente, como membros da Assembleia
656 Municipal, consideram que ficaram privados de saber do que tratava realmente a proposta,
657 acrescentou que era de lamentar que não tivesse chegado informação concreta e objectiva.

658 A Presidente da Assembleia referiu que a intenção da mesa era apenas e só a recondução dos
659 membros já eleitos anteriormente e que se fosse para indicar novos nomes, os deputados teriam
660 sido consultados para a indicação de nomes. Acrescentou que se o Sr. Deputado achava que
661 faltava informação poderia e deveria ter providenciado toda a informação que julgasse necessário.

662 O Deputado Serafim Inocencio disse que deveria ter tido conhecimento e ter havido uma
663 negociação sobre o assunto.

664 A Presidente da Assembleia disse que a organização dos trabalhos era da responsabilidade da
665 mesa, não tinha havido contactos com as bancadas, pois trata-se apenas de uma proposta de
666 recondução.

667 O Deputado Gonçalo Neto questionou sobre o que a legislação dizia sobre o assunto, e como deve
668 ser feita a eleição, acrescentou ainda que não conhecia nenhuma das quatro pessoas
669 apresentadas e qual a periodicidade que as mesmas viriam à Assembleia Municipal partilhar os
670 problemas.

671 A Deputada Luzia Carvalho disse que a proposta que estava a ser discutida era uma competencia
672 da Assembleia Municipal.

673 A Deputada Fátima Leite disse que o Deputado Serafim Inocencio tinha referido a falta de
674 informação, mas o mesmo poderia ter entrado em contato com a Sra. Presidente da Assembleia
675 Municipal a pedir a mesma e não era necessário esperar tanto tempo.

676 O Deputado António Grilo disse que gostava de deixar claro que o que estava em causa, era que
677 existia um ponto na ordem de trabalhos que não é instruída qualquer proposta, e não sabiam se era
678 para apresentar nomes ou não, e que há um erro e então que se admita que o mesmo existe.

679 A Presidente da Assembleia Municipal disse que se achavam que faltava informação, deveriam ter
680 pedido, pois quando se quer realmente trabalhar e colaborar é assim que se deve fazer, admitiu
681 ainda que poderia ter reunido com os líderes de cada bancada, mas por considerar tratar-se
682 apenas de uma recondução, não o fez.

683 A Deputada Nádia Penas disse que os representantes da Assembleia Municipal na comissão
684 alargada eram designados pela mesma, e o que se passava era uma questão de democracia, pois
685 ao existir uma lista feita para aprovar, e uma vez que estão em maioria, irá ser aprovada e
686 deveriam ter pensado que outros membros dos grupos parlamentares, poderiam ter sugestões para
687 dar.

688 A Presidente da Assembleia disse que não tinha sido esse o entendimento da mesa, entende-se
689 que as quatro pessoas tinham feito um bom trabalho. Contudo se considerassem apresentar outra
690 proposta, poderiam fazê-lo e essa decisão ficaria à consideração do plenário.

691 O Deputado Serafim Inocencio disse que precisavam de cinco minutos para pensar sobre o
692 assunto.

693 A Presidente da Assembleia deu cinco minutos para que os deputados pudessem conferenciar
694 entre si.

695 O Deputado Serafim Inocencio disse que iriam votar favoravelmente, mas que iriam, apresentar
696 uma Declaração de Voto.

697 A Deputada Nádia Penas perguntou qual era a forma de avaliar as pessoas que estavam a
698 representar a Assembleia Municipal, não tinha nada contra três pessoas, mas existiam imensos
699 pais com queixas sobre a Educadora Rosário Monteiro e que não será uma pessoa com
700 sensibilidade para estar à frente deste órgão, sendo assim que justificava a sua abstenção.

701 A Deputada Mafalda Panoias disse que conhecia os quatro membros desde sempre e que não
702 tinha nada a apontar e tinha de existir muita disponibilidade da parte delas para aceitarem integrar
703 a comissão, terminou defendendo o trabalho da Educadora Rosario Monteiro.

704 Quanto a esta questão a Presidente da Assembleia informou que a opinião da mesa sobre os
705 elementos que fazem parte da CPCJ, encontra-se espelhado na proposta de recondução que
706 passou a ler.

707 **Deliberação: Aprovada por maioria com 13 votos a favor dos eleitos da CDU, 10 votos a favor dos**
708 **eleitos do PS, 1 voto a favor do eleito da Coligação “Viver Alcácer” e 1 abstenção do eleito do BE –**
709 **a eleição dos quatro representantes designados.**

710 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
711 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

712

713 ***03 - Análise e conhecimento da informação referente ao Relatório de Gestão e Contas de 2017 da***
714 ***CIMAL (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral);***

715 A informação foi apresentada pela Presidente da Assembleia.

716 **Tomado conhecimento.**

717 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará
718 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

719

720 ***04 – Análise e votação da proposta referente à prestação de contas de 2017; (documento aprovado na***
721 ***reunião de Câmara realizada no dia 12/04/2018)***

722 A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

723 A Presidente da Assembleia disse que iria colocar a proposta a discussão.

724 **Intervenções:**

725 O Deputado António Grilo disse que tinham uma execução orçamental na ordem dos dezoito
726 milhões de euros e assim questiona se existe algum motivo para não existir a mesma informação,

727 que o documento tinha no último semestre, assim a informação útil é muito reduzida para a análise
728 do documento.

729 Muita da informação que é referida pelo Presidente da Câmara, nomeadamente o rácio e como se
730 está numa abordagem técnica, poderá de alguma forma ser influenciada por aquilo que é a opinião
731 com reserva, e como é que pode influenciar os resultados que são apresentados. Relativamente a
732 uma abordagem menos técnica, disse que tinham um orçamento aprovado para o ano e existe um
733 diferencial de cerca de oito milhões e meio de euros, ou seja do que se previu, conseguiram
734 concretizar cerca de dezoito milhões de euros e o orçamento inicial era à volta dos vinte e sete
735 milhões de euros e assim questiona sobre o que não foi feito em prol das populações, porque
736 efetivamente o orçamento prevê uma série de projetos, de ações, que não foram concretizados.

737 Em relação à capacitação dos agentes económicos e a criação de emprego, o Deputado
738 questionou o valor que tinha sido investido na capacitação dos agentes económicos e na
739 potenciação da criação de emprego.

740 O Deputado António Grilo questionou qual tinha sido o investimento a nível de ação social, no
741 apoio aos mais desfavorecidos.

742 Relativamente ao impacto dos impostos diretos no que é a receita, disse que o IMT era o que tinha
743 uma maior receita e que o IMI tinha subido e não descido como o Presidente da Câmara tinha
744 referido e questiona ainda sobre os custos da PIMEL, da Feira do Torrão, e da Feira de Outubro,
745 uma vez que o documento não tem informação sobre estas questões.

746 Mencionou também as despesas com o pessoal e que as mesmas representavam cerca de
747 cinquenta e três por cento das despesas correntes no ano de 2017 e salientou que era cerca de
748 duzentos e trinta mil euros em horas extraordinárias, meio milhão de euros em avenças e uma
749 subida de cinquenta mil euros no subsídio de alimentação.

750 Referiu os oitocentos mil euros que se gastava com os custos da água, ou seja um acréscimo de
751 cerca de quarenta e nove por cento e gostaria que houvesse a confirmação que estes valores se
752 refletem nos custos das ETAR's.

753 O Presidente da União de Freguesias de Alcácer do Sal disse que relativamente às horas
754 extraordinárias, havia uma explicação pois no passado era transferido cerca de um milhão de euros
755 para a EMSUAS.

aj

756 O Deputado José Balona mencionou que no relatório do IGEF, referente aos anos de 2010, 2011 e
757 2012, referia que existia uma prática reiterada de empolar receita de capital com baixo índice de
758 execução e condicionavam as execuções orçamentais de exercícios futuros.

759 O Deputado Serafim Inocêncio disse que subscrevia na íntegra o que tinha dito o Deputado José
760 Balona.

761 O Presidente da Câmara disse que relativamente ao empolamento de oito milhões de euros, que o
762 que era desejável era que se atingisse os cem por cento, mas os orçamentos são previsões e
763 relativamente ao que ficou por fazer, era evidente porque não existia receita.

764 Em relação à geração de emprego, a alteração da REN veio trazer novos investimentos
765 agroalimentares, e a alteração do PDM irá trazer novos investimentos, e que quando o município
766 investe na cultura, no património, está a atrair mais pessoas, deu como exemplo a restauração, o
767 alojamento e pensa que as coisas estão no bom caminho e existem novos investimentos.

768 Relativamente à componente social o Presidente da Câmara disse que tinham existido sempre
769 grandes investimentos no concelho e deu o exemplo dos subsídios entregues aos bombeiros quer
770 de Alcácer do Sal, quer do Torrão, ou seja é um apoio que reverte a favor das comunidades, referiu
771 ainda o apoio que era dado às IPSS do concelho.

772 Em relação aos custos da PIMEL, da Feira do Torrão e Feira de Outubro disse que não tinha os
773 valores de memória, mas que os custos da PIMEL não tinham sido superiores aos que tinham sido
774 em mandatos anteriores.

775 A despesa com o pessoal e relativamente às avenças com pessoal tinha sido, uma forma que
776 tinham encontrado de dar oportunidades de emprego, de acordo com as necessidades da Câmara,
777 as pessoas de Alcácer do Sal, em particular a jovens técnicos, e também tem de se ter em
778 consideração o dinheiro que era transferido para a EMSUAS.

779 A Dra. Teresa de Sousa, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara, disse que os
780 custos da PIMEL e Feira de Outubro não constava no relatório, porque não era um documento
781 obrigatório, em relação aos custos de pessoal esclareceu que o aumento tinha a ver com os
782 funcionários da EMSUAS, que tinham sido integrados no município.

783 O Dr. Carlos Grenha, ROC do município disse que o relatório era um documento standard, que
784 obrigava a normas internacionais de auditoria, e que vem na sequência de diretivas comunitárias,
785 relativamente ao relatório detalhado, o mesmo não se encontra disponível nesta data, pois é

786 tecnicamente impossível, tendo em conta as datas, elaborar em tempo útil um relatório, assim o
787 mesmo virá numa próxima Assembleia Municipal. Em relação ao aumento de custos com o
788 subsídio de refeição, lembrou que o mesmo tinha sido atualizado a meio do ano transato.

789 O Deputado António Grilo disse que desconhecia que toda a verba transferida para a EMSUAS,
790 fosse exclusivamente para recursos humanos e que relativamente na área social o município teria
791 muito a fazer.

792 O Deputado Serafim Inocêncio referiu que olhando para as despesas com pessoal e a transição do
793 pessoal da EMSUAS que tinha passado para despesas com pessoal, mas essa despesa não
794 aparecia no pessoal do quadro. Em relação aos contratos de avença tinha havido um aumento de
795 cerca de duzentos e oitenta e três por cento. Concluiu dizendo que um milhão e duzentos mil
796 euros, tinha passado para despesas com pessoal da EMSUAS.

797 A Dra. Teresa Sousa referiu que só nas avenças é que existia esse aumento, o valor de um milhão
798 e duzentos mil euros estava distribuído pelas rubricas de pessoal e se não tinha passado esse
799 valor para a EMSUAS, tinha passado um milhão de euros.

800 O Deputado José Balona disse que o apoio social tinha aumentado e deu como exemplo os apoios
801 às associações de bombeiros do concelho, Aulpicas, outras IPSS e coletividades. O apoio
802 concedido, tinha sido de novecentos e vinte e nove mil euros durante o ano de 2017, pelas oitenta
803 e duas entidades sociais do concelho.

804 Relativamente ao cadastro que estava a fazer com os terrenos do município, era uma situação que
805 não estava atualizada, tendo-se á cerca de três anos, procurado legalizar situações em que o
806 património da Câmara, estava entregue a entidades, sem os respetivos contratos de comodato.
807 Neste momento, existem cerca de vinte e cinco situações que estão regularizadas, através dos
808 contratos de comodato.

809 O Deputado Serafim Inocêncio disse que achava muito bem que os contratos de comodato tenham
810 sido efetuados e que sejam todos por igual.

811 O Deputado António Grilo disse que valorizavam o apoio às instituições do concelho, mas que o
812 apoio social, não era o apoio ao desporto, já que o apoio social era muito mais do que isso.

813 O Presidente da Câmara disse que relativamente à pergunta sobre o que tinha deixado de ser
814 feito, referiu que não se podia estar a avançar com investimentos sobretudo nos correntes, quando
815 não existe capacidade financeira para se concretizar tudo.

aj

816 Relativamente à componente social, tem de se olhar de uma forma abrangente, pois a componente
817 social encontra-se ao longo de toda a prestação de contas.

818 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

819 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor dos eleitos da CDU, 10 abstenções dos**
820 **eleitos do PS, 1 abstenção do eleito da Coligação “Viver Alcácer “e 1 abstenção do eleito do BE.**

821 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
822 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

823 A Deputado Luzia Carvalho leu uma Declaração de Voto da Bancada da CDU, que aqui se dá
824 como reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

825 O Deputado António Grilo leu uma Declaração de Voto da Bancada do PS, que aqui se dá como
826 reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

827

828 ***05 – Análise e votação da proposta referente à aprovação do Projeto de Regulamento para a***
829 ***Atribuição de Habitações Municipais em Regime de Arrendamento Apoiado, após consulta pública;***
830 ***(documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 12/04/2018)***

831 A proposta foi apresentada pelo Vereador Nuno Pestana.

832 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

833 **Intervenções:**

834 A Deputada Luzia Carvalho referiu que até ao ano de 2014, a Câmara Municipal tinha um
835 regulamento que estava desadequado, em relação à legislação que entretanto tinha sido
836 publicada, e no ano de 2015 o município tinha iniciado o projeto de revisão do regulamento, mas
837 como era uma lei que beneficiava mais os senhorios, o município tinha interrompido a sua revisão e
838 só posteriormente em 2016, quando a lei foi alterada e considerada mais amiga das famílias, se
839 tinha continuado com o processo.

840 A Deputada Nádía Penas disse que queria congratular pela execução do regulamento, mas tinha
841 pena que se tivesse demorado imenso tempo, e que neste período tenham havido várias famílias, à
842 espera de casa, quando de facto existiam casas vagas que estavam em condições habitáveis e
843 que embora não houvesse regulamento, existem situações urgentes que requerem soluções que
844 respondam às necessidades.

845 A Deputada Luzia Carvalho disse que era importante referir que, o executivo tinha tomado a
846 decisão e bem de não facultar casas que não tinha condições de habitabilidade e o município nos
847 últimos tempos, tinha estado a remodelar um conjunto de habitações que tinham ficado vazias.

848 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

849 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

850 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
851 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

852

853 ***06 – Análise e votação da proposta referente 2ª alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2018;***

854 *(documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 12/04/2018)*

855 A proposta foi apresentada pelo Vereador Nuno Pestana.

856 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções colocou a
857 votação.

858 **Deliberação: Aprovada por Maioria com 13 votos a favor dos eleitos da CDU, 10 votos a favor dos
859 eleitos do PS, 1 voto a favor do eleito da Coligação “Viver Alcácer “e 1 abstenção do eleito do BE.**

860 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
861 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

862 A Deputado Nádía Penas começou a ler uma Declaração de Voto da Bancada do BE, mas como o
863 assunto não tinha a ver com a proposta em discussão, foi alertada pela Presidente da Mesa, que
864 não havia lugar à apresentação da Declaração de Voto, pelo que teria de ser retirada.

865

866 ***07 - Análise e votação do Regimento da Assembleia Municipal;***

867 A proposta foi apresentada pela Presidente da Assembleia Municipal, tendo previamente feito um
868 agradecimento ao trabalho desempenhado pelo grupo, nomeado para o efeito na pessoa do seu
869 coordenador, o Deputado Manuel Rocha.

870 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

871 **Intervenções:**

872 O Deputado Manuel Rocha, coordenador do grupo disse que das reuniões, que tinham existido
873 com as outras bancadas da Assembleia Municipal, o Deputado Herlander Braz, tinha proposto um
874 conjunto de alterações, tal como a alteração do local das sessões da Assembleia Municipal,
875 alteração também, compartilhada com o coordenador do PS, mas no entender da bancada da
876 CDU, o local próprio da realização das sessões será no Salão Nobre da Câmara Municipal.

877 O Deputado António Grilo quis mostrar o seu desagrado, pelo facto de que tinha solicitado na
878 última sessão da Assembleia Municipal, que fosse promovida uma reunião da comissão de
879 trabalho, mas a mesma não tinha sido agendada e teria sido do interesse de todos, que tivesse
880 vindo em anexo ao documento que é apresentado, o relatório produzido pela comissão. O Partido
881 Socialista tinha feito três propostas de alteração, mudar o local da realização das sessões, a

882 disponibilização de meios informáticos e a transmissão online e em direto das sessões, sendo que
883 esta última nem constava no relatório.

884 A Deputada Nádia Penas disse que justificar a não mudança do local das sessões da Assembleia
885 Municipal, com o facto de que este era sítio próprio era da falta de flexibilidade e medo da
886 transparência, pois a mudança de local não tem só a ver com o conforto, mas também com a
887 transparência, pois a maior parte das pessoas sente-se intimidado e desencoraja as pessoas a
888 participarem nas sessões.

889 O Deputado Serafim Inocêncio disse que tinha participado na comissão de trabalho do Regimento,
890 e que apenas tinha três alterações, a alteração do local, proporcionar a todos os deputados
891 equipamento informático e a transmissão online das sessões da Assembleia Municipal, o
892 coordenador do BE tinha feito a apresentação de itens, e em termos de conteúdo, não havia nada
893 que beliscasse, eram mais questões formais, mas o coordenador da CDU, propôs que não
894 houvesse alterações ao Regimento, apenas com as alterações legislativas.

895

896 A Presidente da Assembleia Municipal referiu que contactado o coordenador do grupo , no sentido
897 de o informar que após apreciação do documento, por parte da mesa, verificou-se que embora não
898 existindo matéria substancial a alterar, propõe-se a adaptação ao novo normativo legal, ou seja
899 indicar no atual regimento os artigos de acordo com a última revisão do CPA (7 de janeiro de
900 2015). Por essa razão informou também a Presidente da Assembleia, que todos os Deputados
901 tinham em seu poder a respetiva correção e que a mesma deveria fazer parte integrante do referido
902 regimento.

903 O Deputado Manuel Rocha disse que o único ponto divergente era a mudança do sítio das
904 sessões, neste caso para o Auditório Municipal de Alcácer do Sal, para que haja uma maior
905 audiência, mas não se justifica uma vez que o Salão Nobre, também tem condições para acolher
906 as pessoas.

907 A Deputada Mariana Caixeirinho disse que quando se queria, que a população viesse mais aos
908 órgãos, tem de se arranjar estratégias para que as pessoas venham, acrescentou ainda que as
909 sessões até tarde da noite eram somente para os deputados debaterem as propostas, mas se as
910 sessões mudassem o horário e o dia, nomeadamente para um sábado à tarde, e ai haveria uma
911 maior participação do público.

912 O Deputado Serafim Inocêncio disse que as sessões já se tinham realizado no Auditório Municipal,
913 e que existem mais condições para os deputados trabalharem e apresentarem as suas ideias, é um
914 espaço que trará mais pessoas, uma vez que é mais atrativo

915 O Deputado António Grilo disse que não conseguia perceber a alteração que existia num artigo,
916 nomeadamente no que diz respeito à redução do prazo para entrega de documentos.

917 A Presidente da Assembleia Municipal disse que relativamente aos meios informáticos iria colocar
918 a questão ao Presidente da Câmara, e ai depois diria o que é que iria ser fornecido.

919 O Deputado Ricardo Campos questionou se o que necessitavam era uma pen ou disco externo.

920 A Presidente da Assembleia disse para formalizarem uma proposta à mesa e ai, colocariam a
921 mesma a votação.

922 O Deputado António Grilo disse que era da responsabilidade da Presidente da Assembleia, uma
923 vez que, tinha criado a comissão de trabalho do Regimento, recolher a informação que a comissão
924 tinha produzido, nomeadamente as alteração do local das sessões, o fornecimento de
925 equipamentos informáticos e a divulgação online das sessões e eram estas três propostas queria
926 ver aqui votadas.

927 A Presidente da Assembleia disse que tinha feito parte há quatro anos da comissão de trabalho do
928 Regimento e não tinha havido esta confusão.

929 A Deputada Fátima Leite disse que em relação ao local das sessões, não compreendia quais os
930 benefícios de se ir para o Auditório Municipal, com os documentos e o computador no colo, quando
931 existem condições para se trabalhar no Salão Nobre e que em relação ao público as pessoas não
932 se devem sentir constrangidas.

933 O Deputado José Balona disse da parte da CDU pretendem que o Regimento seja colocado a
934 votação, somente com as alterações feitas pelo CPA.

935 A Deputada Mafalda Panoias disse que não estava preocupada com o local das sessões, mas sim
936 com a comodidade.

937 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

938 **Deliberação: Aprovado por Maioria com 13 votos a favor dos eleitos da CDU, 10 votos contra dos**
939 **eleitos do PS, 1 voto contra do eleito da Coligação "Viver Alcácer "e 1 voto contra do eleito do BE.**

940 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
941 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

942 O Deputado António Grilo leu uma Declaração de Voto da Bancada do PS, que aqui se dá como
943 reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

944

945 ***08 - Análise e conhecimento da informação referente ao relatório de atividades.***

946 **Tomado Conhecimento.**

91

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

947 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará
948 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

950 INTERVENÇÃO DO PÚBLICO _____

951
952 A Deputada Nádía Penas pediu autorização para intervir como munícipe.

953 A Presidente da Assembleia Municipal disse que em virtude do regimento ser omissivo quanto à
954 pretensão da Deputada, e desconhecendo a mesa se a sua petição estaria contemplada em algum
955 normativo legal, ia colocar a questão ao plenário para tomarem a decisão que julgarem
956 conveniente.

957 Deliberação: Aprovada por Unanimidade.

958 A munícipe Nádía Penas disse que uma das questões, era a estrada entre o Minipreço e o B. do
959 Rio dos Clérigos que não tinha uma única árvore e se havia por parte do executivo a intenção de
960 colocar árvores na mesma, relativamente à escola primária dos Casebres, a mesma referiu que o
961 aquecimento não era suficiente assim as condições não eram dignas para as crianças. Terminou
962 questionando se existia previsão para a reposição dos transportes municipais.

963 O Presidente da Câmara disse que tinha registado e que numa próxima oportunidade responderia.

965 APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES _____

966 A Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia, a aprovação da minuta da ata,
967 tendo a mesma sido aprovada, por Unanimidade, produzindo efeitos imediatos.

968 A referida minuta fará parte integrante da presente ata.

970 ENCERRAMENTO DA SESSÃO _____

971 Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia, declarou encerrada a sessão, pelas três
972 horas e cinquenta minutos do dia vinte e um de abril do ano dois mil e dezoito. Eu, Dina do Carmo
973 Prego Semião Sardo e Nuno Manuel Carvalho, assistentes técnicos, redigimos a presente ata, que
974 assinamos com a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

975
976 A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

977 M. António J. R. Mendes

978
979 OS ASSISTENTES TÉCNICOS

980 Dina do Carmo

981 Nuno Manuel Carvalho

982

ay

MOÇÃO

Contra a construção de um canil intermunicipal em Santiago do Cacém
promovido pela CIMAL

Com a lei n.º 27/2016 de 23 de agosto, que proíbe o abate de animais errantes, urge envolver as populações na defesa dos direitos dos animais, promover ações de sensibilização que alterem as mentalidades no que respeita à forma como estes são encarados, bem como campanhas de adoção e esterilização como forma de controlo da população.

Os Municípios devem ser o motor de políticas públicas e de respostas institucionais de proximidade, não podem ser as Associações a substituir-se a um trabalho que é da competência dos Municípios, quer no acolhimento de animais abandonados, na esterilização e na promoção da adoção responsável.

As Autarquias do Litoral Alentejano, devem implementar novas formas de lidar com a sobrepopulação de animais, proibindo o recurso injustificado e indiscriminado ao abate, nomeadamente ao abate compulsivo como forma de controlo de populações animais, cumprindo escrupulosamente a Lei 27/2016 que proíbe o abate compulsivo em centros de recolha.

O Bloco de Esquerda (ou a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal), está portanto, contra a intenção da CIMAL em construir um Canil/Gatil Intermunicipal, atualmente designado Centro de Recolha Oficial Intermunicipal (CROI), com localização prevista em Santiago do Cacém.

Consideramos que esta intenção, não só, vai contra a redação da Lei 27/2016, que incita a um registo de proximidade às Associações locais e população em geral através do incentivo à modernização/ construção de CRO's, como visa ser um argumento para impedir melhorias nos CRO's existentes – nomeadamente o de Alcácer -, comprometendo a prazo a sua existência. Os CROI, pela sua localização, longe das povoações das Associações e protectores, de difícil acesso aos voluntários e adoptantes, servindo vários Municípios com características diferenciadas, sem laços de proximidade ou afinidade particular entre eles, com gestões de pouca ou nenhuma apetência para o trabalho em prol

do bem-estar e da preservação da vida dos animais abandonados, dificilmente terão as condições necessárias ao não abate, tornando este tipo de estruturas em “Canis da Morte”.

Por outro lado, exige-se, neste momento, a modernização e aumento da capacidade do Canil Municipal, uma maior colaboração com a associação Focinhos, bem como com outras do mesmo âmbito que possam surgir. A par deste alargamento, solicita-se a contratação de técnicos especializados nesta área, não descurando o incentivo ao voluntariado.

Alcácer do Sal, 20 de abril de 2018

Bloco de Esquerda

MOÇÃO

ay

Por ocasião do 44.º aniversário da Revolução de Abril

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Portugal, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.

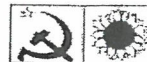
A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal reunida a 20 de abril de 2018, delibera:

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma rutura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português.
2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.



MOÇÃO

4

Pela recente agressão ao povo Sírio

O recente bombardeamento, de 14 de abril, contra a República Árabe Síria perpetrado pelos EUA, Reino Unido e França e com o apoio ou aval da NATO, União Europeia e Israel é um ato inaceitável que condenamos com a maior firmeza.

Considerado um ato de agressão contra a Síria, em flagrante violação à Carta das Nações Unidas e ao direito internacional, foi realizado sob o pretexto de uma alegada, e não comprovada, utilização de armas químicas em Douma, cuja responsabilidade a Síria rejeita, tendo-se disponibilizado a contribuir para o cabal apuramento do que efetivamente se passou.

Assume particular e esclarecedor significado que este bombardeamento dos EUA e seus aliados, tenha sido efetuado no momento em que peritos internacionais chegam à Síria para investigar a alegada utilização de armas químicas em Douma.

Recorde-se que os EUA, o Reino Unido e a França foram responsáveis por guerras de agressão com o seu legado de morte, sofrimento e destruição, sob o pretexto de escandalosas e graves falsidades e mentiras, como as inexistentes "armas de destruição massiva" no Iraque ou os infundados "massacres da população" na Líbia.

Este ataque representa um novo e grave passo na operação de agressão e destruição da Síria, indissociável das derrotas infligidas pelo povo Sírio, com o apoio da Rússia e outros aliados, aos grupos terroristas criados e apoiados pelo imperialismo, dirigidos pelos EUA.

Passamos o alerta para as imprevisíveis e perigosas consequências de uma escalada de provocação e de agressão contra a Síria e o seu povo.

Assim, face ao exposto, a bancada dos eleitos da CDU da A.M. de Alcácer do Sal, reunida a 20 de abril de 2018, delibera:

- Repudiar a posição da Governo português e considera que, no respeito pela Constituição da República, Portugal se deve demarcar deste inaceitável ato de agressão, pugnar pelo fim da agressão à Síria e apoiar as iniciativas em curso para o diálogo e a paz.
- Apelar à solidariedade com a Síria e o seu povo que, enfrentando desde há sete anos a bárbara agressão do imperialismo norte-americano e seus aliados, resiste e luta em defesa da sua soberania, da independência e integridade territorial da sua pátria, do direito a decidir livre de quaisquer ingerências, o seu destino.

Pela Paz! Fim à agressão à Síria!

Os Eleitos da CDU

Moção de Censura às Políticas Atuais do Governo Desinvestimento na Saúde e Deterioração do SNS

ef

Com cerca de quatro décadas de existência, o Serviço Nacional de Saúde, teve na sua génese de constituição, através da Lei n.º 56/79, de 15 de setembro, os conceitos da solidariedade e da universalidade na proteção dos cidadãos. Ou seja, aqueles que estão doentes devem ser apoiados pelos restantes, através das suas contribuições, não sendo admitidas restrições no acesso aos cuidados de saúde. Nesta lógica de funcionamento social, o sistema português tornou-se num caso notável de sucesso em termos de execução de políticas públicas de Saúde, não só pela sua eficácia e pelos resultados obtidos, mas também, pelos ganhos em ganhos de saúde dos cidadãos.

Mais, estas medidas preconizadas e decretadas no SNS, transformou-o num dos principais agentes do desenvolvimento económico e social do país, sendo insuperável a contribuição que possibilitou para a melhoria da qualidade de vida e dos padrões de saúde dos portugueses. Hoje, porém, quatro décadas após a sua existência, o SNS está completamente agonizante!

Recorrendo às linhas gerais da tese de doutoramento do cirurgião geral Paulo Simões, *“Evolução das Lógicas Institucionais no Campo da Saúde em Portugal”* recentemente, apresentada na Ordem dos Médicos, cito: *“Se fosse uma pessoa, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) estaria internado numa unidade de cuidados intermédios. A doença não é recente, começou em 2002 quando uma alteração legislativa impôs um modelo de gestão empresarial aos hospitais públicos e levou à desregulação das carreiras médicas e das carreiras de outros profissionais de saúde. Um estado crítico que a presença da troika, entre 2011 e 2015, acabou por agravar com profissionais mais desmotivados, administrações com menos autonomia e recursos mais limitados, situação que teve impacto direto na vida dos doentes.”*

Do breve resumo que aqui foi referido, esta dissertação é assertiva pois caracteriza e traça aspetos reais do atual estado da Saúde. Todavia, reforçamos, ainda, mais com mais factos:

O desinvestimento no sector saúde diminuiu 5% nos últimos 15 anos e teve como consequência a degradação do serviço prestado pelas unidades e das condições de trabalho dos profissionais de saúde. Em contraciclo, o peso das despesas passou para o lado das famílias.

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o peso dos gastos públicos no total das despesas com saúde passou de mais de 70%, entre os anos de 2000 e 2003, para menos de 65% em 2016-2017. No mesmo período, os encargos das famílias passaram de 23,8% para 27,4%.

O essencial desta redução está concentrado nos subsistemas de saúde públicos, entre estes, contam-se a ADSE (funcionários públicos), que sofreram um profundo ataque, particularmente entre 2008 e 2015, segundo as contas do INE. Nesse período, primeiro com os governos do PS, liderados por José Sócrates, e depois com a governação do PSD/CDS-PP de Pedro Passos Coelho, passaram de um peso de 7,7% para 3,7%.

Com a atual governação, prossegue-se estas linhas de atuação, constatando-se que os recursos financeiros para as PPP têm vindo a ser cada vez maiores. Em 2016 os encargos com as PPP aumentaram 3% e em 2018 esse valor será cerca de 500 milhões de euros. Conforme tem sido repetidamente denunciado pelo PCP, ao longo de muitos anos enquanto os encargos com as PPP aumentavam, os



orçamentos do SNS reduziam. Em suma, o Governo mantém verbas canalizadas para aumentar, ainda mais, lucros de empresas privadas e que deveriam ser utilizados para qualificar e consolidar o SNS.

Se estas opções foram especialmente desenvolvidas pelo anterior governo PSD/CDS-PP e pela oportunidade que lhe deu a maioria absoluta na Assembleia da República e a intervenção da Troika, para aprofundarem o desmantelamento do SNS. Entendemos e exigimos que atual Governo, deveria e deve corrigir no essencial estas linhas de atuação, pois foram argumentos em torno de quatro ideias fundamentais, diametralmente opostas ao que foi apresentado pelo Programa do XX Governo Constitucional (PSD/CDS-PP), refere-se uma:

- Defender o Estado Social e os serviços públicos, com destaque para a segurança social, a educação e a saúde, promovendo um combate determinado à pobreza e às desigualdades sociais e económicas;

Como referido foi um dos argumentos que o PS fundamentou na sua Moção de Rejeição que apresentou em 10 de Novembro de 2015, onde criticou as propostas do Programa de Governo apresentado pelo XX Governo Constitucional (PSD/CDS-PP). Foram essas entre outras argumentações e que permitiu o desfecho do processo de negociações com o PCP, PEV e o BE, e que viabilizou a sua formação como atual Governo.

Retira-se outro exemplo um paragrafo da Moção:

“Onde é necessário um sistema de proteção social robusto, universal e tendencialmente gratuito, continuamos a encontrar uma opção por modelos assentes numa leitura meramente assistencialista, tão ineficientes quanto negadores dos verdadeiros direitos sociais que lhe deveriam estar na base, e uma negação do estado de degradação em que se encontra o Sistema Nacional de Saúde.”

Não ignoramos alguns avanços iniciais, como a redução de taxas moderadoras ou na reposição de alguns direitos aos trabalhadores da saúde. Todavia, o Governo e o PS não têm demonstrado uma vontade suficiente de se afastar das políticas de direita que levaram o SNS a situação em que se encontra.

O Governo não aproveita disponibilidade de verbas para dar alguma resposta a problemas e infelizmente, o seu Ministro das Finanças, como referiu na semana passada na Assembleia da Republica, recusa mexer no défice para investir no SNS. Esta posição, é em tudo semelhante com as anteriores opções de anteriores governos, nomeadamente do PSD/CDS-PP, pois continua-se a vergar às regras das imposições da União Europeia e da política do euro continuando os portugueses a assistir à questão do défice transformada, outra vez, em obsessão!

A presidente do Conselho de Finanças Públicas (CFP), Teodora Cardoso, na apresentação do relatório Finanças Públicas, admitiu na sexta feira passada que existe uma *"má gestão crónica"* na saúde e deve-se a suborçamentação. Continuam a existir pagamentos em atraso e continuam a existir porque o Orçamento não incorpora as verbas necessárias.

O PCP propôs em Assembleia da Republica um plano de emergência para resolver problemas estruturais na saúde onde se incluem medidas de reforço dos meios humanos, financeiros e materiais no SNS. Referiu-se à intenção do Governo de rever o défice de 1,1% para 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) – o que representa menos 800 milhões de euros do que estava inicialmente previsto, questionando o Ministro das Finanças o destino desta verba, mas sobretudo defendendo a mesma, seja, aplicada na resolução dos problemas das pessoas, dos utentes do SNS; defendeu a reversão das PPP ou a revogação das taxas moderadoras.

Em resposta o Governo não mostrou nem mostra abertura para mexer uma décima nas suas previsões, nas PPP ou nas Taxas, ou seja: - **Continuamos a viver o período da troika, mas já, sem a troika!**

Cy

Porquê? Porque o Ministro das Finanças referiu que está "obcecado" em garantir a estabilidade financeira e orçamental de Portugal.

Enquanto isso, crescem os problemas estruturais: tempos de espera dilatados para primeiras consultas e para cirurgias; elevado número de utentes sem médico de família; taxas moderadoras que são para muitos doentes, em particular, aos mais idosos com poucas pensões, são um impedimento no acesso aos seus cuidados de saúde; não valorização dos cuidados de saúde primários, não avanço da reorganização da rede hospitalar e falta de articulação entre diferentes níveis de cuidados.

Os médicos, enfermeiros, técnicos de saúde, assistentes técnicos, assistentes operacionais, cansados e desmotivados, lutam e reclamam do Governo e bem, soluções para os seus problemas. Exigem valorizações profissional e evolução de carreira, eliminação de tratamentos diferenciados, atualizações salariais, contratação de profissionais. Estes são os profissionais de saúde que tiveram expectativas com o fim da maioria do PSD/CDS na Assembleia da República.

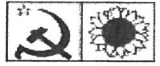
Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Membros do Executivo, senhores e senhoras deputados e deputadas, como foi referido atrás, é por todos estes fundamentos, e sobretudo pela contínua degradação do SNS que levam os deputados da CDU presentes nesta assembleia municipal, a censurar as atuais políticas de saúde deste Governo, hoje, nesta sessão de Assembleia.

Três anos depois da saída da troika, o discurso e a perceção de quem está no terreno em nada mudou e as restrições continuam a sentir-se. Nada mudou na resolução dos problemas da saúde seja a nível nacional seja a nível local.

Situando-nos a nível local, no nosso Litoral Alentejano onde se localizam os dois maiores municípios do país em termos geográficos, têm sido continuadas as ações de luta, realizadas reuniões com o Governo, com as Comissões de Utentes, com sindicatos, com profissionais de saúde, com o propósito comum, denunciar factos e exigir mais e melhor acesso às condições cuidados de saúde, das quais registamos:

Os presidentes de Câmara do Alentejo Litoral foram recebidos no passado dia 31 de janeiro pelo ministro e secretária de Estado da Saúde onde manifestaram o seu descontentamento com a falta de pessoal não só médico e de enfermagem (*faltam cerca de 65 Enfermeiros*), mas também, de assistentes técnicos, assistentes operacionais e técnicos (*faltam cerca de 80 Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais*) de áreas especializadas, na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano.

No passado dia 06 de Abril, foi realizado mais um protesto pela Coordenadora das Comissões de Utentes do Litoral Alentejano, pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (CGTP-IN) e pela União Local de Sindicatos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines para denunciar "a grave situação da falta de profissionais" na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano denunciando a situação dos enfermeiros, utentes e médicos que "estão exaustos". Reforçando que o Hospital atingiu um limiar crítico, que diminui o acesso da população a cuidados de saúde, condignos e de qualidade.



No passado dia 09 de Abril, a Coordenadora das Comissões de Utentes do Litoral Alentejano reuniu com a CIMAL, a convite desta ultima, no âmbito do Roteiro para a Valorização da Saúde nos concelhos do litoral alentejano, onde, uma vez mais, manifestou e reforçou estas posições e estas exigências e no que diz respeito a Alcácer do Sal, foi apontadas diversas:

- *Reforço da dotação de médicos e enfermeiros nas diversas extinções de saúde do Concelho;*
- *Reforço da dotação de técnicos de saúde – Radiologia; CTG, higiene oral, etc;*
- *Abertura da Extensão de Saúde do Torrão (estava prevista a abertura em Junho de 2017);*
- *Reparação/ Construção da Extensões de Saúde de Palma);*
- *Dotação da Ambulância de Suporte Básico de Vida no Serviço de Urgência Básica do Centro de Saúde de Alcácer do Sal;*
- *Dotação de Unidade Móvel de Saúde;*

Sobre toda esta problemática, os deputados da CDU eleitos nesta Assembleia, repudiam as políticas orçamentais dos atual Governo PS, continuam a prejudicar gravemente o Litoral Alentejano, por consequência, o Município de Alcácer. Exigem ao Governo na pessoa do Ministro da Saúde que se digne a cumprir os desígnios para os quais foi mandatado e resolva os problemas de saúde desta região e manifestam todo o seu apoio a todas as ações desenvolvidas em prol da melhoria das condições de acesso aos cuidados de saúde e apelam à participação de todos nas futuras iniciativas que visem soluções para os problemas da saúde.

A Constituição da República, proclama que «todos têm direito à proteção na saúde e o dever de a defender e promover» e explicita que o direito à proteção da saúde é realizado «Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendencialmente gratuito».

Confiança na luta que, hoje e sempre, faremos na defesa daquele que é o nosso sistema universal de saúde, um sistema de todos e para todos.

Os Deputados da CDU

Esta Moção será enviada para:

- ✓ Ministérios da Saúde e das Finanças;
- ✓ Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da Republica;
- ✓ ULSLA - Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE

ey



MOÇÃO

POR UM 25 DE ABRIL E UM 1.º DE MAIO, PLENO DE DEMOCRACIA E DE LIBERDADE!

Historicamente, se há um dia que representa a nossa história, a força de um povo e o ressurgir da esperança, o recomeço e a recriação de um novo País, esse dia é o 25 de abril de 1974.

Dentro de dias comemoraremos o 44º Aniversário da Revolução, mas a coragem, a determinação e uma grande abnegação de um grupo de militares de Abril e a vontade de mudança de um povo nunca podem, nem nunca serão esquecidas.

Abril ficou marcado pelo início da nossa liberdade, da paz, da participação popular, Portugal pôde começar a construção de uma sociedade mais democrática e uma vasta rede de serviços em que o acesso à educação, à saúde, à cultura, à justiça e à habitação, passaram a ser alguns dos pilares fundamentais da Igualdade entre um povo, oprimido durante décadas.

No entanto, o que podemos afirmar, sem qualquer sombra de dúvida, é que o 25 de Abril que comemoramos, foi assim o primeiro de muitos passos dados pela liberdade e pelos direitos universais mais fundamentais dos cidadãos e dos povos, por isso, o 25 de Abril que lembramos é um momento de alegria, de esperança, de justiça social, é um processo em construção que projetamos num futuro de democracia, liberdade e de fraternidade.

O 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, na sequência da luta dos trabalhadores de Chicago, também assume um grande princípio, o da liberdade sindical, da justiça social, das reformas laborais e das transformações sociais associadas a esta efeméride.

Por isso, não há “25 de Abril” sem “1º de Maio”, não há liberdade, nem democracia sem o respeito integral dos direitos dos trabalhadores num Mundo em que tantos povos lutam por conquistar a sua liberdade, nós podemos gritar bem alto, como gritaram os poetas “somos livres, não voltaremos atrás”, ou ainda, “seja bem-vindo quem vier por bem”.

Assim, enaltecemos uma vez mais, todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a concretização do 25 de abril de 1974: militares, civis, democratas, antifascistas, todos aqueles que entenderam que era chegada a altura de dizer “basta!” a uma ditadura que corroía a dignidade, a determinação e o orgulho de Portugal e dos Portugueses.



A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em sessão ordinária no dia 20 de Abril de 2018, congratula-se com a passagem de um renovado 25 de Abril e de mais um Dia do Trabalhador em liberdade, associando-se às comemorações por todo o País, mas principalmente saudar todos os trabalhadores do Concelho de Alcácer do Sal, que celebrarão no próximo dia 1 de Maio mais um dia do trabalhador, procurando lembrar e consolidar os seus ideais.

Viva o 25 de Abril – Viva o 1º de Maio.

Alcácer do Sal, 20 de Abril de 2018

O Grupo Municipal do PS



ay

MUNICIPIO DE ALCÁCER DO SAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

MOÇÃO

“PELOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NO LITORAL ALENTEJANO”

O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal manifesta a sua total preocupação com os constrangimentos sentidos nas diversas unidades de saúde que constituem a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE.

Depositamos especial preocupação nos Cuidados de Saúde Primários onde se enquadram o Centro de Saúde de Alcácer do Sal e o seu Serviço de Urgência Básica e nos Cuidados de Saúde Hospitalares que evidenciam preocupações que poderão colocar fortes condicionantes à qualidade de vida das populações que serve.

Dando voz aos agentes do território e no seguimento de um conjunto alargado de contactos efetuados no concelho de Alcácer do Sal com utentes, profissionais de saúde, dirigentes e comandos operacionais de corporações de bombeiros, os autarcas eleitos pelo Partido Socialista de Alcácer do Sal manifestam preocupações:

- . Quanto à necessidade de melhoria dos transportes de e para o Hospital do Litoral Alentejano;
- . Quanto à necessidade de desbloqueio da ambulância do INEM para os Bombeiros Mistos de Alcácer do Sal, a qual se encontra inoperacional há largos meses;
- . Quanto à necessidade de introdução do protocolo de triagem de Manchester no Serviço de Urgência Básica do Centro de Saúde de Alcácer do Sal - de forma a que seja dada prioridade aos casos que necessitam de intervenção imediata.

Preocupações essas que foram reportadas pelos representantes dos autarcas eleitos pelo Partido Socialista de Alcácer do Sal aos deputados socialistas na Assembleia da República eleitos no círculo distrital de Setúbal e ao Conselho de Administração da ULSLA (Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE).

Paralelamente, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reiteram as reivindicações dos cinco autarcas que integram a comissão intermunicipal para o sector e que foram recebidos pelo ministro da Saúde.

São elas:

- . A necessidade de existir um plano de contingência na região, para colmatar as lacunas de profissionais de saúde nos meses de maior afluência de turistas e tendo em conta as diferentes campanhas agrícolas e a procura de trabalhadores sazonais que estas representam;
- . A urgência de desbloquear a contratação de profissionais de saúde - médicos e enfermeiros – prevenindo constrangimentos maiores derivados da passagem do sector para as 35 horas de trabalho semanais;
- . O reforço de especialidades como urologia, gastroenterologia, pediatria, fisioterapia e análises clínicas, que apenas possuem um médico efetivo adstrito;
- . A visita do Sr. Ministro da Saúde ao território para poder aferir in loco e através do contacto direto com os profissionais de saúde e utentes da região das suas preocupações e necessidades.

Alcácer do Sal, 20 de Abril de 2018

O Grupo Municipal do PS

Deliberação: Aprovada por Unanimidade



a1

MUNICIPIO DE ALCÁCER DO SAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

MOÇÃO

“800 ANOS DE MUNICÍPIO”

A Assembleia Municipal congratula-se pela passagem de 800 anos sobre o Foral Afonsino de Alcácer do Sal, efeméride entendida como correspondendo à instituição deste Município.

Em 1218, D. Afonso II reconhecendo a importância geoestratégica de Alcácer do Sal, concedeu a este território uma autonomia que em muito alicerçou a vida e o quotidiano da sua população a partir desse momento.

A necessidade de consolidar este território levou D. Afonso II a discriminar positivamente os que aqui viviam, permitindo-lhes um conjunto de direitos e garantias que em muito valorizavam as gentes que por aqui se iam radicando. Era bom ser residente de Alcácer do Sal.

Alcácer do Sal e as suas gentes têm todas as razões para sentir orgulho desta tão longa história, para honrar essa memória, para preservar essa herança, para celebrar este legado e para assegurar que tão rica vivência não será esquecida.

É momento de fortalecer a nossa identidade, valorizando de forma efetiva o território e as suas gentes, marcando nos mais jovens um “ADN” que é o seu e não deixando que os mais velhos diluam as memórias que têm cicatrizadas no seu “mural do tempo”.

É hora de evocar a história para consolidar o presente e fortalecer o futuro. E se no passado o peso da importância geoestratégica ditou uma benesse para o território e suas gentes, hoje será esse mesmo território, que incorporado num contexto económico, social, geográfico e político diferente, permitirá, fruto das políticas adequadas, aproveitar todos os recursos que nele existem e que teimam em ser colocados ao serviço do nosso desenvolvimento.

A multiculturalidade que sempre marcou este território ainda hoje está enraizada no espírito e no sentir das gentes de Alcácer, sendo exemplo disso o bairrismo destas gentes e o sentimento de posse que transmitem por este território que é o seu, o concelho de Alcácer do Sal.

Que todos os pretextos para recordar os acontecimentos e os muitos homens e mulheres que, ao longo de 800 anos – e já antes, aliás – aqui viveram, aqui tiveram os seus filhos, aqui labutaram, aqui constituíram os seus negócios ou construíram as suas casas, sejam condignos desta grandiosidade e que possam contribuir para o reforço da nossa identidade e para a valorização destes 800 anos de autonomia.

VIVA O CONCELHO DE ALCÁCER DO SAL

Alcácer do Sal, 20 de Abril de 2018

A Assembleia Municipal

A enviar: A todas as entidades do movimento associativo existentes no concelho (empresarial/profissional, cultural/recreativo, desportivo, social, entre outras) como forma de reconhecimento da representatividade das mesmas



aj

DECLARAÇÃO DE VOTO

Designação de representantes da Assembleia Municipal na CPCJ

O Grupo Municipal do Partido Socialista declara que, da maneira como foi solicitado neste ponto da ordem de trabalhos, "Designação de representantes da Assembleia Municipal na CPCJ", não concorda com o método, uma vez que nunca foi especificado quantos membros, ou anexa legislação à documentação da Assembleia sobre o assunto em causa.

Por isso, o Grupo Municipal não discorda dos nomes apresentados, votando favoravelmente, mas contesta a forma pouco democrática como foi apresentada a todos os Grupos Municipais a recondução dos quatro membros para fazerem parte da Comissão Alargada da CPCJ, não obtendo qualquer contestação por parte do Grupo Municipal do PS.

Alcácer do Sal, 20 de Abril de 2018

O Grupo Municipal do PS



CDU

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



01

DECLARAÇÃO DE VOTO

O documento de Prestação de Contas apresentado a esta Assembleia relativo ao exercício de 2017 merece dos deputados Municipais eleitos pela CDU o voto favorável.

Este, foi o ano que marcou o final do anterior mandato e, as opções e decisões que foram tomadas pelo executivo municipal, reflectem a aplicação de princípios e de compromissos assumidos com as populações desde 2013.

Este foi um ano novamente marcado por dificuldades financeiras impostas pelo Governo às Autarquias, nomeadamente pelo não cumprimento da Lei de Finanças Locais.

No documento em apreço, verificamos que, apesar dessas dificuldades financeiras o município não tem pagamentos em atraso e apresenta um prazo médio de pagamentos a fornecedores muito abaixo dos 30 dias.

Princípios de boa gestão de rigor e transparência permitiram uma redução muito significativa nos custos com energia.

Apesar de 2017 ter sido um ano marcado por difíceis condicionantes á actividade municipal, foram realizados importantes investimentos e foi assegurada a manutenção da estabilidade económica e financeira do município.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal valorizam os Documentos de Prestação de Contas apresentados. Valorizam todos os trabalhadores do município pelo seu trabalho e empenho que contribuiu para estes resultados. Valorizam ainda o trabalho responsável do Revisor Oficial de Contas.

Alcácer do Sal 20 de Abril de 2018

O Eleitos da CDU



97

DECLARAÇÃO DE VOTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017

Em primeiro lugar, uma nota especial pelo bom trabalho realizado pelos serviços técnicos neste relatório, apesar de existirem alguns quadros que careçam de informação mais detalhada indicando valores absolutos que permitam ter uma perceção real do peso das percentagens apresentadas, não poderemos de deixar de valorizar o desempenho dos serviços que possibilitam através da construção deste documento uma apreciação mais facilitada das contas do Município, no entanto, o aspeto formal deste documento não está em discussão, mas sim o seu conteúdo e, no fundo, a gestão municipal no ano de 2017.

No que diz respeito à prestação de contas de 2017 e sendo este documento, uma apresentação da concretização dos documentos previsionais, consideramos que existem vários aspetos a realçar.

Começamos por efetuar uma comparação da execução orçamental com o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais do ano de 2017, e concluímos que, a prestação de contas, evidência desajustes gravosos ao nível da execução, ou seja, desvio entre o orçamentado em plano ao nível das receitas (27.213.498,00€) e o concretizado (18.728.298,67€) menos 31,18% do que o previsto inicialmente. Um orçamento empolado, neste caso em perto de 8.500.000,00€, reflete-se num defraudar das expectativas das populações que não vêm concretizadas grande parte das intenções inscritas em orçamento e que se transformam em meras "promessas". Orçamentos rigorosos fomentam a transparência das contas públicas.



Tal como é referido no relatório de gestão, o exercício de 2017, face ao exercício anterior, apresenta um acréscimo global de 4,11% das receitas arrecadadas, 0,34% resultantes das subidas das receitas correntes e 3,29% das receitas de capital, apresentando um forte acréscimo das outras receitas em 33,91%, fruto de um saldo orçamental transitado do exercício anterior de (2.547.617,36€), ou seja, na nossa perspetiva, existe uma escassez de receitas, a qual evidência a pouca visão estratégica ao nível económico para aumentar e captar novas receitas que vão além das cobradas através dos impostos diretos, uma vez que continua a haver uma grande dependência dos impostos diretos.

No capítulo das despesas com pessoal, elas apresentam neste relatório de gestão, um peso de 53,2% na estrutura das despesas correntes, de onde destacamos 234.223,47€ em horas extraordinárias e 511.927,24€ em pessoal em regime de tarefa e avença, esta última com um acréscimo de 17,34% face ao ano anterior e a título de exemplo com mais 282,68% face ao ano de 2013 (133.773,18 € contra 511.927,24€). Efetivamente a gestão de recursos humanos, na sua vertente financeira, deixa a cru, aquela que tem sido a gestão do atual executivo permanente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

No que respeita ao Resultado Líquido do Período registamos que o relatório indica um resultado negativo de 334.773,10€, ~~entretanto a opinião com reserva apresentada pelo Revisor Oficial de Contas leva-nos a concluir que poderão existir impactos diretos na demonstração de resultados e no próprio balanço, em virtude do processo de valorização dos stocks dos bens imóveis do Município em curso, o qual se refletirá no Resultado Líquido do Período.~~

2

Importa no entanto referir que ao nível do Resultados Operacionais destacamos na sua estrutura de custos o peso dos Fornecimentos e Serviços Externos com

cy



5.672.034,84€, os Custos com o Pessoal com 7.006.941,04€ e as Provisões do Exercício com 340.010,94€.

Realçamos ainda, o investimento nos "Bens de Domínio Público", o qual representa uma grande fatia da execução dos projetos que mais peso tiveram no volume de despesa executada. Apesar de considerarmos que a execução destes projetos contribuiu para o bem-estar de algumas populações, pensamos que a tipologia de intervenções realizadas e os recursos financeiros alocados se traduzem num conjunto de investimentos avulsos sem concertação estratégica e sem o retorno esperado para as populações.

Também é de realçar neste exercício a capacidade de liquidação e pagamento de compromissos assumidos pela autarquia a fornecedores em menos de 60 dias, reduzindo em 26,79%, a dívida a terceiros a curto prazo, no entanto, a redução do passivo da autarquia nas dívidas a terceiros (a médio e a longo prazo) aumentou em 27,25%, sendo de referir as prestações do FAM, referentes a 2019, 2020 e 2021, em cerca de 355 mil euros. No global o passivo sofreu uma diminuição de 7,42% face ao ano de 2016.

Consideramos que perante esta prestação de contas, e o trabalho desenvolvido ao longo deste último ano e dos últimos, sem grandes obras estruturais efetuadas, exceto o Centro Pré-Escolar do Morgadinho, continua apenas a realizar uma gestão do imediato, do dia-a-dia, sem grande visão de futuro e sem projetos inovadores, fruto de uma incapacidade para compreender o território, o que nos parece que é muito pouco para quem muito promete.

Por isso, em jeito de conclusão, uma vez que estamos praticamente a meio do novo Quadro Comunitário (2014-2020), e olhando para os últimos anos e para tudo o que ocorreu no nosso concelho ao nível do investimento, é perfeitamente legítimo observar que valeu a pena o esforço financeiro



desenvolvido pelos diferentes executivos no desenvolvimento da nossa terra; por isso, estamos conscientes de que não podem ser descuradas, nem ignoradas, as opiniões de todos, sem exceção, tendo sempre como objetivo principal o desenvolvimento do nosso concelho.

Nesta conformidade e pelo acima exposto, os deputados eleitos do Partido Socialista abstém-se nesta "Prestação de Contas de 2017".

Alcácer do Sal, 20 de Abril de 2018

O Grupo Municipal do PS



aj

DECLARAÇÃO DE VOTO

REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONSIDERA O GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA QUE:

- . O Regimento da Assembleia Municipal se pauta por um conjunto de normas que explicita as competências da Assembleia e regula o seu funcionamento, por forma a garantir que o processo de formação da decisão coletiva seja democrático, transparente e equitativo para todas as forças políticas presentes;
- . Grande parte das normas regimentais resultam diretamente da legislação;
- . Importa introduzir algumas melhorias que propiciem uma maior aproximação entre os eleitos e as populações numa ótica de participação cívica;
- . Importa introduzir algumas melhorias que propiciem melhores condições de trabalho a todos/as os/as deputados;
- . Devem ser desenvolvidas estratégias que permitam uma maior aproximação das populações à vida política do seu território.

FACE AO EXPOSTO:

- . O Partido Socialista propôs através do seu representante na Comissão para Revisão do Regimento da Assembleia Municipal a introdução das seguintes alteração ao Regimento:
 - Alteração do local regular de realização das sessões da Assembleia Municipal, devendo o mesmo passar a ser o **Auditório Municipal**, uma vez que oferece melhores condições para público e grupos municipais;
 - Disponibilização de **equipamentos informáticos** que permitam agilizar o trabalho dos/as deputados/as municipais;
 - **Transmissão online** em direto das sessões da Assembleia Municipal, permitindo uma maior aproximação das populações à vida política do seu território.

Das propostas apresentadas pelo Partido Socialista em sede de Comissão para Revisão do Regimento da Assembleia Municipal parte delas nem constam da ata resumo produzida pelo representante da CDU.

O Regimento que hoje é proposto a votação não considera qualquer sugestão dos grupos municipais que constituíram a Comissão para Revisão do Regimento da Assembleia Municipal.

Acreditamos numa natural diversidade de opinião e pensamento sem que para tal seja necessário desvirtuar princípios e valores democráticos. A intransigência demonstrada neste processo leva-nos a alertar as nossas populações para uma constante falta de cultura democrática por parte de quem hoje assume a gestão dos órgãos do nosso Município.

Pelo exposto, e na defesa dos interesses das populações do nosso concelho, os deputados municipais do Partido Socialista **votam contra** a proposta de Regimento da Assembleia Municipal.

O Grupo Municipal do PS :: Assembleia Municipal de Alcácer do Sal

